



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX – Nº 80

QUINTA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 1994

BRASÍLIA – DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 83ª SESSÃO, EM 6 DE JULHO DE 1994

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.2 – Avisos do Ministro da Fazenda

– Nº 1.309/94, de 4 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 207, de 1994, de autoria do Senador Irapuan Costa Júnior.

– Nº 1.042/94, de 4 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 205, de 1994, de autoria do Senador João Rocha.

– Nº 1.043/94, de 4 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 206, de autoria do Senador Carlos Patrocínio.

1.2.3 – Requerimento

– Nº 545, de 1994, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando que seja considerado como licença para tratamento de saúde, o período de 10 a 17 do mês em curso. **Aprovado.**

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Danos morais causados pela programação televisiva à família brasileira.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA – Fé na convivência harmoniosa da humanidade. Baixos soldos dos militares.

SENADOR GILBERTO MIRANDA – Elogios ao Dr. Aloizio Campos da Paz Júnior por seu trabalho à frente do Hospital Sarah Kubitschek. Situação crítica da saúde pública brasileira devida a persistente redução dos recursos financeiros para o setor. Críticas ao Plano Real.

1.2.5 – Comunicação

– Do Senador Gilberto Miranda, referente a sua ausência do País, no período de 10 a 17 do corrente.

1.2.6 – Apreciação de Matéria

– Requerimento nº 536/94, de autoria do Senador José Sarney, lido em sessão anterior. **Aprovado**, após parecer de plenário favorável.

1.2.7 – Comunicação (Continuação)

– Do Senador José Sarney, referente a sua ausência do País, no período de 2 a 8 do corrente.

1.2.8 – Ofícios

– Nº 439/94, da Liderança do PPR, de substituição de membro em Comissão Mista, destinada a apreciar a Medida Provisória

nº 543/94.

– Nº 427/94, da Liderança do PMDB, de substituição de Membro em Comissão Mista, destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 543, de 1994.

1.2.9 – Comunicações da Presidência

– Dispensa da Ordem do Dia nos termos do art. 174, do Regimento Interno.

– Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.10 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR JOSÉ EDUARDO – Promover e preservar a estabilidade político-jurídico-institucional é tarefa primordial do Poder Legislativo e condição prévia à retomada do crescimento econômico. Críticas ao abuso na edição de medidas provisórias.

SENADOR NEY MARANHÃO, como Líder – Requerimento de informações ao Ministro da Fazenda sobre a existência de verba para a construção do Fórum da Justiça Federal em Pernambuco.

SENADOR MARCO MACIEL – Visita do candidato à Presidência da República, Senador Fernando Henrique Cardoso, ao Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados – CPAC da Embrapa, na manhã de hoje.

SENADORA JÚNIA MARISE – Críticas à retórica do Governo de combate aos aumentos abusivos de preços.

SENADOR WILSON MARTINS – Denunciando o caráter imoral e ilegal das investidas do atual Governador do Mato Grosso do Sul junto à jornalistas, prefeitos e vereadores para cooptar apoio para seu sucessor no cargo.

SENADOR NABOR JÚNIOR – Exame crítico do Plano Real, em particular, no que tange aos salários dos trabalhadores e ao fraco combate à majoração dos preços.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO – Remarcação de preços e juros de 12% ao mês colocam em risco o sucesso do Plano Real.

SENADOR ODACIR SOARES – Divulgação do Programa de Ação, 1994, do Ministério do Bem-Estar Social.

1.2.11 – Comunicação da Presidência

– Cancelamento da sessão do Congresso Nacional convocada anteriormente.

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,53

Tiragem: 800 exemplares

1.2.12 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 19ª Sessão, realizada em 25-1-94. (Replicação)

3 – MESA DIRETORA

4 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

TES

Ata da 83ª Sessão, em 6 de julho de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Humberto Lucena, Chagas Rodrigues, Lucídio Portella e Gerson Camata.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Sabóia de Carvalho – Coutinho Jorge – Esperidião Amin – Francisco Rollemberg – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Humberto Lucena – Iram Saraiwa – João Calmon – João França – João Rocha – Jônice Tristão – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – José Richa – Júlio Campos – Júnia Marise – Louremberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Mansueto de Lavor – Marco Maciel – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Nabor Júnior – Ney Maranhão – Odacir Soares – Pedro Simon – Raimundo Lira – Reginaldo Duarte – Ronan Tito – Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISOS

DO MINISTRO DA FAZENDA

Nº 1.039/94, de 4 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 207, de 1994, de autoria do Senador Irapuan Costa Júnior;

Nº 1.042/92, de 4 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 205, de 1994, de autoria do Senador João Rocha; e

Nº 1.043/94, de 4 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 206, de 1994, de autoria do Senador Carlos Patrocínio.

As informações foram encaminhadas, em cópias, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 545, DE 1994

Nos termos do disposto no artigo 43, inciso I, do Regimento Interno, requeiro seja considerado licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico anexo, o período de 10 a 17 do mês em curso.

Sala das Sessões, 6 de julho de 1994. – Senador **Gilberto Miranda Batista**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O requerimento está devidamente instruído com atestado médico, de acordo com o previsto no art. 43, I, do Regimento Interno.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a qualidade técnica e artística da televisão brasileira tem sido universalmente reconhecida. A exportação de telenovelas e documentários para nações de todos os continentes, por exemplo, realizada por mais

de uma dezena das grandes redes nacionais de emissoras, tem contribuído para trazer divisas para o País e, talvez o mais importante, para divulgar uma imagem mais apropriada do País, do nosso grau de desenvolvimento e maturidade tecnológica, bem como de nossa riqueza artística e cultural. Num tempo em que, nos noticiários do Primeiro Mundo, nosso Brasil só aparece em matérias de cunho sarcástico ou mesmo pejorativo, essa realização não deve ser desprezada.

Essas inegáveis qualidades não nos devem fazer esquecer, porém, os excessos de licenciosidade e de violência veiculados por certos programas e peças publicitárias, que vêm, nos últimos tempos, chocando as consciências mais sensíveis aos problemas da degradação dos costumes em nosso País. Claro está que há também pornografia generalizada em jornais, publicações, peças teatrais, filmes, **outdoors** etc., mas o que torna insuportável essa franca libertinagem nos meios de comunicação de massa, como o rádio e especialmente a televisão, é o fato de que as suas transmissões entram em nossas casas, no recesso dos nossos lares, atingindo nossas famílias – notadamente nossas crianças – e agredindo nossos valores morais de pais e educadores.

O mais trágico é que essa invasão das casas da família brasileira pela vilania e pela imoralidade ocorre até em horários matutinos e vespertinos, durante a programação dita infantil, quando os pais estão ausentes em suas ocupações cotidianas de serviço e não podem controlar aquilo a que os filhos assistem. Sabemos que a maioria das crianças passa diariamente várias horas diante dos aparelhos de televisão, a tal ponto que esses aparelhos já são conhecidos pela alcunha de "babás eletrônicas". Essa designação, mais que seu aspecto jocoso, contém um claro indicio do papel decisivo que a televisão tem hoje na formação das novas gerações. Se o que recebem dessa "ama-seca" é o lixo que temos constatado nos últimos tempos, não será de se surpreender que passem a adotar comportamentos anti-sociais, imorais e aéticos, porque os esforços educativos dos pais e das escolas serão inúteis diante da força dos maus exemplos apresentados como uma coisa natural ou normal.

O Sr. Gerson Camata – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS – Pois não, Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata – Senador Júlio Campos, acompanho seu discurso com o interesse que a importância do assunto requer. Raramente o tema é abordado nesta Casa e até no Congresso Nacional. Parece-me que as pessoas têm medo de fazê-lo. Há pouco tempo, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil produziu um documento sobre esse assunto. Todos – educadores, famílias – deveríamos refletir sobre ele. Percebe-se que se trata da evolução tecnológica e, acima de tudo, da evolução artística que a televisão brasileira alcançou. V. Ex.^a deve lembrar-se – éramos Parlamentares na época – que, em 1974, a discussão do Congresso Nacional girava em torno do fato de os enlatados estrangeiros invadirem a televisão brasileira. Hoje, são os videoteipes brasileiros que invadem as estações estrangeiras. Revertamos o quadro. Talvez, moral e eticamente, não tenham caminhado juntos a qualidade técnica e artística e a preocupação de formação cultural e educativa da sociedade brasileira. Dizem que Einstein falou – já ouvi várias vezes a citação, nunca tive oportunidade de vê-la escrita –, já no final de sua vida, que dois perigos ameaçavam o futuro da humanidade – e, no final da vida dele, a televisão ainda era incipiente, em preto e branco, com a imagem ruim: a televisão e a bomba atômica; e, se ele pudesse destruir um, destruiria a televisão. Se Einstein, que não foi um dos homens mais ignorantes e incultos da Humanidade, já naquela época disse isso, esta é uma reflexão que deve ser feita por todos. Acredito que, tanto nos Estados Unidos como em vários

países da Europa, os donos de estações de televisão puderam estabelecer um código de ética, pelo qual eles mesmos zelem, para que haja alguns limites nessa arma poderosa que invade as casas e que pode levar bons exemplos de comportamento humano, pode levar cultura, pode levar educação, mas que pode também levar a destruição moral do ser humano. Essa reflexão deve ser feita também por parte do Governo, porque os canais usados para transmissão, na verdade, pertencem à sociedade brasileira; eles são cedidos pelo Governo brasileiro. Acredito que, cada vez mais, a comunidade, os brasileiros, os telespectadores devam criar também instrumentos através dos quais possam guiar as estações de televisão a produzirem programas que melhorem a qualidade cultural, a qualidade ética e a qualidade moral do povo brasileiro. V. Ex.^a deve observar – desculpo-me antecipadamente se me alongo um pouco no aparte – que freqüentemente vemos produções de teatro na televisão – essas telenovelas brasileiras, muitas das quais fazem sucesso no exterior – em que todas as pessoas corretas são chatas e todas as pessoas marginais são extremamente agradáveis; todo sacerdote – e disso houve uma reclamação de um bispo – é apresentado como um glutão, quando não um tarado sexual. Ou seja, é a quebra do princípio da religiosidade e do padrão moral. Todas aquelas que se dão bem na vida não são casais regulares, nem os filhos também o são. Quer dizer, transmitem para a sociedade um exemplo falso do que é a vida, fazendo com que as crianças, desde pequenas, entendam que ser correto e honesto não é bom, mas ser trapaceiro é o que leva uma pessoa a ir em frente na vida. Essas colocações que V. Ex.^a faz deveriam ser até objeto – acredito eu – de um seminário amplo a nível nacional, seguido de um estudo e uma reflexão muito profundos sobre essa matéria. Será que isto que está acontecendo no Brasil nos dias de hoje, esse relaxamento dos costumes morais e éticos, que é visto sempre no lado político, mas acontece em todos os segmentos da sociedade brasileira, já não é fruto desse trabalho deletério do caráter e dos princípios morais que está sendo feito lentamente? Esta é uma pergunta que deveria nos conduzir à reflexão, ao pensamento, à fala e à discussão, como V. Ex.^a faz na tarde de hoje. Muito obrigado.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Incorporo com muita honra o aparte de V. Ex.^a ao meu pronunciamento e tenho certeza absoluta de que esse assunto é de real importância para o futuro do Brasil.

Estou falando de cátedra, tendo em vista que a minha família é concessionária de emissoras de rádio e televisão no meu Estado e temos procurado, dentro das limitações de um concessionário a nível estadual, evitar essa situação de vexame que a maioria dos programas das nossas emissoras de televisão tem levado às famílias brasileiras.

Continuando, não será justo, no entanto, condenar-se por omissão os pais que deixam os filhos aos cuidados da "babá eletrônica", vez que, nos dias de dificuldade econômica em que vivemos, não se pode prescindir dos ganhos salariais somados dos cônjuges para o sustento dos lares. Não nos esqueçamos tampouco, Sr. Presidente, do lastimável fato de que, por razões que levaríamos vários pronunciamentos a discutir, em numerosos lares há um só progenitor a zelar pela família e a prover seu sustento. Pais e mães simplesmente não podem supervisionar pessoalmente a televisão a que seus filhos assistem, até mesmo porque estes sempre poderiam ir à casa de vizinhos e amigos, cujos pais fossem menos vigilantes, se os seus resolvessem limitá-la ou proibi-la em casa.

Não, Sr.^s e Srs. Senadores! É à sociedade como um todo, em particular a suas instituições mais diretamente ligadas à educação e à moral, que cabe essa função de vigilância, de preservação e guarda dos seus valores fundamentais. Se, como sociedade, não reagirmos coletivamente; se, através de instituições como governo,

igrejas, associações de pais e mestres, sindicatos, classe política, não se manifestarem a voz e a indignação da sociedade, então estaremos perdidos. Pois será esse o sinal definitivo e inequívoco de que as aberrações que insistimos em condenar terão passado a ser a regra, a normalidade e o Direito.

Tenho viajado muito, nesses últimos dez anos da minha vida, por vários países do mundo, e nunca vi, em nenhum país por onde já passei – são mais de 20 ou 30 nações que conheço –, nenhuma de suas emissoras de televisão prestar os desserviços em termos de moral e cívica que presta a televisão brasileira. Em qualquer país do mundo, vemos programações que ensinam o cidadão a trabalhar, a defender a sua saúde, a sua higiene e a sua cultura. Aqui no Brasil, isso não acontece; poucos programas são dedicados a esses assuntos.

O Sr. Gilberto Miranda – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Gilberto Miranda – Nobre Senador Júlio Campos, congratulo-me com V. Exª pelo seu pronunciamento de hoje e parabéns também o Senador Gerson Camata pelo aparte que fez. Penso que cabe a nós, do Congresso Nacional, tomarmos uma decisão. Hoje, há sobre a mesa matérias referentes à concessão de várias rádios. Aqui, servimos só para dar as concessões para rádios e para emissoras de televisão. Se se fizesse uma CPI para averiguar como as rádios e as emissoras de televisão são utilizadas, tenho certeza de que boa parte dos canais de televisão do País teria sua concessão cassada e não renovada nos próximos anos. Por que não poderíamos ter aqui uma Comissão Permanente ou uma Comissão Mista para avaliar a **performance** da televisão brasileira? A televisão brasileira, como disse V. Exª, é de excepcional qualidade. Hoje, ao invés de comprarmos, vendemos enlatados para todo o mundo. Trata-se de uma fonte de divisas que entram no País e geram emprego; mas, por outro lado, nós, a classe política abordada por V. Exª, somos completamente omissos nesse sentido. Político tem medo de dono de televisão. O político concede o canal de televisão, vota favorável aqui e, na hora, morre de medo. Não há quem tenha coragem de enfrentar um canal de televisão, com receio de que este venha a mexer na sua vida e descubra alguma coisa. Poucos são os que têm coragem de enfrentar, e, quando o fazem, são arrasados. Lamentavelmente, o projeto de lei da imprensa continua na Câmara parado, dormindo tranqüilo. Nós aqui, como disse V. Exª, deveríamos olhar com mais cuidado e acompanhar o que se passa na televisão brasileira, porque ela ajuda a formar esses garotos de 2 a 5 anos de idade. Hoje, quando conversamos com os nossos filhos pequenos ou com filhos de amigos, a surpresa é brutal no tocante ao conhecimento e à distorção dos fatos que se verificam na cabeça dessas crianças, pelo que vêem na televisão. Falou bem o Senador Gerson Camata quando disse que há, hoje, uma grande distorção em relação aos conceitos morais: a certa altura, constata-se que a população está torcendo para que aquele bandido, aquele marginal, o mais mau caráter da novela, triunfe. Como sabemos, para elaborar o final dessas telenovelas, são feitas pesquisas para examinar-se o que a população quer, e o final, de um modo ou de outro, acaba sempre agradando à população. É uma forma de garantir a audiência da próxima novela daquele canal de televisão. Creio ser tudo isso muito da responsabilidade da classe política. Por isso mesmo – e aí vai uma sugestão, um alerta – julgo recomendável criarmos uma comissão permanente para acompanhar, ano a ano, a maneira como está sendo utilizada a concessão, e avaliar se a mesma merece ser renovada ou não. Esperar o prazo que damos, que é de 15 anos, é um absurdo! Por que não renovar e acompanhar anualmente? Não se dá uma concessão de 15 anos para ninguém, para nada. Muito obrigado, Senador.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Continuando, Sr. Presidente:

É fato que nossa sociedade tem dado mostras de degradação moral e desagregação social que transcendem, em muito, essas práticas e idéias disseminadas pela televisão. Aí estão os escândalos examinados pela Comissão Parlamentar de Inquérito de PC Farias e do Orçamento; aí estão as notícias de envolvimento da polícia, de políticos e de membros do Judiciário com a contravenção do jogo do bicho e com o crime do tráfico de entorpecentes; aí está o descaso generalizado com o direito alheio, patente em nossas ruas sujas, no trânsito ultraviolento das nossas cidades e estradas, nessa ética da vantagem chamada "lei de Gerson". A reação popular a alguns desses casos, porém, que chegou ao extremo de depor de seu cargo e honra um Presidente da República, é o sinal de que os vícios apontados não constituem uso da maioria, de quem nem tudo está perdido, de que há esperança.

Também é importante denunciar-se aqui a falácia dos que afirmam ser a televisão um mero espelho ou janela da realidade, que somente apresenta os fatos como são, sem seleção e sem julgamento. Em sua totalidade, o real é incapturável; mostrá-lo sempre implica uma escolha, um juízo. O mundo não tem somente seu lado "cão", mas nossa televisão tem continuamente optado pela face má, torpe e grotesca da realidade. Mas tampouco se deve pensar que estou propugnando uma televisão *ad usum Delphini*, expurgada dos dramas humanos profundos e da realidade por vezes dolorosa. O impacto das imagens da guerra e da fome na Somália ou na Bósnia, por exemplo, tem inegável papel no despertar da consciência e da solidariedade dos povos para os problemas uns dos outros. Uma televisão de fantasia seria igualmente danosa, a própria instauração do Grande Irmão de George Orwell.

Felizmente, a sociedade tem mostrado que não está aceitando passivamente esse estado de coisas. Já no início do ano passado, como bem lembrou aqui o eminente Senador Gerson Camata, três artigos do Cardeal Primaz do Brasil, D. Lucas Moreira Neves, publicados nos mais importantes jornais brasileiros, alertavam a população para o problema. A repercussão das palavras do Cardeal, expressa em artigos dos autores mais diversos nas semanas que se seguiram, constitui a manifestação mais eloquente do repúdio nacional ao império do mau gosto e da depravação que a televisão nos vem impondo.

A repercussão não se limitou a meras discussões em jornal. Aqui mesmo, no Senado Federal, houve um princípio de ação no sentido de se estabelecer, para os meios de comunicação, uma regulamentação que, sem fazer ressuscitar a censura, atendesse aos interesses de limitação responsável da liberdade de imprensa, obedecendo, a um tempo, aos ditames do art. 5º, inciso IX, e do art. 221, inciso IV, da Constituição.

O Sr. Odacir Soares – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS – Honra-me conceder o aparte a V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Odacir Soares – Senador Júlio Campos, estava eu refletindo não apenas sobre o discurso de V. Exª, mas também sobre o aparte feito pelo Senador Gilberto Miranda, quando dizia S. Exª que nós precisaríamos ter no Congresso uma comissão que se voltasse para a discussão do problema das comunicações e, talvez, particularmente, para o problema da televisão brasileira. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que existe a Comissão de Educação, que tem competência para discutir essa questão em caráter permanente, abrangendo o ponto fundamental, o das concessões. De certo modo, concordo com a abordagem feita por V. Exª a respeito desse tema, observando que, na realidade, com essa "globalização", com a criação das grandes redes de televisão, quatro ou cinco redes de televisão, o caráter regional da televisão, ou seja, a cul-

tura do nosso povo, a cultura regional, ficou para o segundo plano. Na legislação própria de rádio e de televisão, principalmente desta – e parece-me ser esse o enfoque principal de V. Exª –, não temos hoje, nem nos decretos de concessão, nem nos contratos que acessoriamente são firmados entre o governo e os concessionários, uma divisão na programação que respeite as questões regionais do nosso País. Temos uma televisão feita basicamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, em função da cultura e do perfil sociológico desses dois Estados, que termina violentando todo o resto do País. Considerei interessante a observação do Senador Gilberto Miranda, pois entendo que, se quisermos discutir com seriedade o problema da comunicação de massas no Brasil, tanto na Câmara quanto no Senado temos os instrumentos adequados para isso, que são as comissões próprias. Nessas comissões, poderemos inclusive criar subcomissões: uma subcomissão da televisão brasileira, uma subcomissão do rádio brasileiro. E, do ponto de vista de não se violentar a cultura regional, o rádio protege e preserva melhor essa cultura, na medida em que é feito praticamente de cidade a cidade deste País, principalmente hoje, com a frequência modulada. Já ouvi muitas vezes Senadores e Deputados manifestando-se contra o horário gratuito de rádio e televisão durante as campanhas eleitorais, fazendo pronunciamentos que, a meu ver, procuram agradar aos donos de televisão. Sou político, Senador pela segunda vez, fui Deputado Federal, exerci outros cargos públicos, fui Prefeito, e entendo que, ao criarmos o horário gratuito de rádio e televisão, ao criarmos, durante a Constituinte, o **Diário da Constituinte**, ao criarmos, durante o Congresso Revisor, o **Diário da Revisão**, criamos veículos adequados à manifestação do Parlamento, que não deixa de ser uma manifestação do povo brasileiro, na medida em que somos eleitos pelo voto direto e universal. Mas já ouvi inúmeras vezes Senadores e Deputados posicionando-se contrariamente ao horário gratuito de rádio e televisão, considerando-o até antidemocrático. Ainda em relação ao aparte do Senador Gilberto Miranda, repito que temos no Congresso um instrumento adequado para se discutir essa questão, que é realmente séria, principalmente com respeito à televisão. Penso que devemos ter aqui posturas sinceras. Se queremos realmente discutir o rádio e a televisão dentro de um pressuposto eminentemente nacional, de Brasil, de proteger o País, o nosso povo, a nossa gente...

O SR. JÚLIO CAMPOS – A nossa juventude, principalmente.

O Sr. Odacir Soares – Exatamente! ...devemos ter um comportamento também global, ou seja, temos que analisar a questão globalmente, com todos os seus aspectos, tendo coragem para enfrentar esse problema; e que seja um enfrentamento transparente, que não estejamos aqui com posições para efeito externo. De modo que, feitas estas observações, gostaria de cumprimentar V. Exª pela oportunidade do debate desse tema, enfatizando-o como um dos mais sérios do nosso País. É uma questão que precisa ser discutida sob todos os seus aspectos, psicossocial, legal, técnico, dos instrumentos adequados para se materializar a televisão e o rádio. Peço desculpas a V. Exª se me alonguei e se, talvez, comentei de maneira inadequada essa questão que V. Exª tão bem aborda nesta tarde.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Foi muito esclarecedor o comentário de V. Exª. Penso que esse assunto merece até uma prorrogação do tempo por parte da Mesa, porque nós, que somos membros da Mesa Diretora do Senado, temos condição de falar apenas uma vez por ano. Estou há seis meses aguardando esta oportunidade e pediria a condescendência do nobre Presidente para que o 1º Secretário, que fica lá no subsolo trabalhando até as 22h, hoje tenha pelo menos mais dez minutos para expor o seu ponto de vista com relação a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – De fato, V. Exª raramente vem à tribuna e freqüentemente está aqui na Mesa dos trabalhos. Apenas pediria a V. Exª que não concedesse mais apartes, pois alguns têm sido longos, dada a importância da matéria. Na medida do possível, pediria que V. Exª resumisse suas considerações, ou, se permitisse apartes, que eles fossem curtos, para que outros oradores não se sentissem logrados.

O Sr. Mauro Benevides – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS – Com muito prazer, ouço o nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Senador Júlio Campos, estarei atento à recomendação da Presidência e jamais deslustraria o brilhante pronunciamento de V. Exª, alongando-me em considerações sobre essa matéria em torno da qual V. Exª, com extraordinária sapiência, se manifesta com o apoio solidário de vários Srs. Senadores. Quero apenas lembrar que o Senador Marco Maciel apresentou – salvo engano, ontem – um projeto de resolução alterando o Regimento do Senado. Nessa proposição, o nobre Líder do PFL admite a criação da Comissão de Ciência e Tecnologia. Neste instante, em que o debate que V. Exª trava nesta Casa se alteia, de forma a que se dê um enfoque particularizado ao problema das comunicações, eu me permitiria até emendar, juntamente com V. Exª, o projeto de resolução do Senador Marco Maciel, instituindo a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia. Dessa forma, buscaríamos exemplo na própria Câmara dos Deputados, que tem um órgão com essa estrutura, e aproveitaríamos a oportuna reformulação regimental proposta pelo Líder Marco Maciel. É uma sugestão. V. Exª pode preparar a emenda e ser o primeiro subscritor; eu reivindicaria a segunda assinatura dessa alteração. Consequentemente, daremos um realce, uma preeminência natural ao problema das comunicações no âmbito do Senado Federal.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Muito obrigado, Senador Mauro Benevides, acato com muita satisfação a sugestão de fazermos uma emenda ao anteprojeto do Senador Marco Maciel, no sentido de transformar a Comissão de Ciência e Tecnologia em Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, para analisar com mais profundidade os assuntos da comunicação brasileira.

Senador Odacir Soares, sobre esse assunto falo de cátedra, porque o grupo empresarial de minha família é concessionário de canais de rádio e televisão e, no contrato entre o concessionário e o Ministério das Comunicações, há uma cláusula que obriga as emissoras a gerarem diariamente, pelo menos, de 20% a 25% dos horários com programação local. No entanto, ninguém cumpre essa determinação. As redes dificilmente abrem espaço para que se possa cumprir a legislação. Nós temos concessão da **TV Bandeirantes**, que permite ao concessionário estadual apenas uma ou duas horas por dia para os noticiários locais; ou seja, das vinte horas de programação, teríamos que ter cinco horas de programação local. Entretanto, isso não acontece.

Nos próprios meios televisivos, falou-se na reativação do Código de Ética da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, elaborado em 1991 e nunca posto em prática. De lá para cá, no entanto, pouco progresso transpareceu; continuam a ser veiculados programas contendo, sub-reptícia ou escancaradamente, mensagens das mais nocivas à saúde moral do País.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, sou um intransigente defensor da liberdade de expressão e iniciativa. Acredito que a livre concorrência seja o melhor meio para se obter qualidade em qualquer área da vida humana organizada. Não posso, contudo, deixar de reconhecer que, nesse campo da programação televisiva, a luta furiosa pelos índices de audiência tem levado à queda geral da qualidade do que assistimos nas telas, devido à concessão, dos res-

ponsáveis pelas emissoras, ao gosto fácil do sensacionalismo e à curiosidade mórbida pelos baixos instintos do ser humano. A livre concorrência na TV, nas palavras do jornalista Fernando Pedreira, em artigo publicado em o *Estado de S. Paulo*, no dia 31 de janeiro passado, "puxa inexoravelmente para baixo". Tornando a citar o mesmo articulista, é preciso exigir dos profissionais de televisão "menos ganância e um pouco mais de eficiência e decência".

Na luta pela preservação dos valores morais da nossa cultura, uma sugestão a se considerar seria o retorno ao currículo das escolas da disciplina de Educação Moral e Cívica. A televisão poderia muito bem ensinar aos brasileiros Educação Moral e Cívica, coisa que hoje está superada no conceito da modernidade, lamentavelmente. É preciso desvincular essa cadeira do aspecto do louvor cego ao Estado autoritário, como ocorreu nos regimes passados, que implantaram a sua obrigatoriedade. Essa é a impressão que, muito justamente, ainda impregna a memória das gerações que tiveram que cursá-la, e que precisamos mudar. A Educação Moral e Cívica, que julgo poder ser implantada através das emissoras de rádio e televisão, seria uma educação para a cidadania, para a vida em sociedade, para o respeito aos direitos e costumes do vizinho, para a aceitação do direito à diferença. Com toda certeza, uma educação para a resistência a qualquer agressão a esses valores que constituem a essência da nacionalidade e da ética pública e privada, que deve nortear a ação de todos.

O mesmo tipo de equívoco que levou à abolição da Educação Moral e Cívica das salas de aula do primeiro e segundo graus pode ser constatado no desaparecimento do currículo universitário da disciplina Problemas Brasileiros. Ora, Srs. Senadores, que são os estudantes de nível superior se não os homens e mulheres que estarão amanhã, nos níveis mais elevados, às voltas com a responsabilidade da solução dos problemas deste País? Não é absurdo excluir da sua carga horária a possibilidade de tomar conhecimento desses problemas, que são tantos, e de discuti-los desde a faculdade? Os jovens que não têm inculcada em sua consciência a importância dos valores básicos do ser brasileiro, nem são apresentados à reflexão madura das grandes questões nacionais, são vítimas fáceis dos cantos de sereia da libertinagem.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sugiro que façamos, imediatamente, uma revisão de todas as concessões de rádio e televisão e também, principalmente, que convoquemos os Srs. dirigentes e proprietários das seis redes nacionais existentes no País para que façam uma política em prol da cidadania, da moral e da integridade do nosso País.

O Sr. Marco Maciel – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Júlio Campos, 1º Secretário desta Casa?

O SR. JÚLIO CAMPOS – Pois não. Ouço V. Exª.

O Sr. Marco Maciel – Desejo, nobre Senador Júlio Campos, inicialmente, cumprimentar V. Exª pelo discurso estudado, repleto, que traz à consideração da Casa. V. Exª toca em tema extremamente polêmico, mas absolutamente indispensável. Aliás, esta é uma questão que tem sido recorrente aqui nesta Casa: o papel dos veículos de comunicação social, que, como V. Exª salientou, no Brasil têm uma altíssima qualidade técnica, a qual não observamos até em alguns países do Primeiro Mundo. Eu diria, sem exagero, que a televisão brasileira, sob o ponto de vista técnico, é certamente melhor do que a televisão dos países da Europa. A televisão brasileira concorre no mesmo nível com a televisão norte-americana, que, talvez, não tenha a criatividade que tem a televisão brasileira. Aliás, é um traço do nosso caráter sermos extremamente criativos. Há quem diga que isso é produto da nossa raiz latina. Se, de um lado, estamos muito bem sob o ponto de vista técnico, tecnológico, se temos redes nacionais que funcionam extremamente bem, tanto de televisão quanto de rádio – penso que são

talvez únicas no mundo, sobretudo se considerarmos a extensão do nosso território e a qualidade de imagem que é veiculada através de satélite –, se tudo isso é verdade e é positivo, temos que questionar muito a natureza da programação, o nível e a forma de veiculação de matérias, além da própria componente moral que esteja eventualmente nelas embutida, sobretudo no que diz respeito às novelas. Entendo que está em tempo de pensarmos, de cogitarmos essa questão. Há cerca de um ano, numa reunião do Colégio de Líderes, o atual Líder do Governo, Senador Pedro Simon, sugeriu que fizessemos uma comissão de alto nível, composta obviamente dos diferentes partidos, com o objetivo de tentar estabelecer linhas de ação com relação ao tema para que, de alguma forma, pudéssemos daí extrair alguns princípios que viessem a embasar um projeto de lei. Posteriormente, por motivos óbvios, essa questão não foi à frente; parece-me que até o pedido da criação dessa comissão chegou a ser formalizado, mas não se chegou a constituir-la por falta de continuidade no debate da matéria. Era um debate sempre levantado na reunião de Líderes. Posteriormente, conforme lembrou o nobre Líder do PMDB, Senador Mauro Benevides, tive oportunidade de oferecer à consideração da Casa um projeto de resolução visando a criar a Comissão de Ciência e Tecnologia. Agora, o Senador Mauro Benevides propõe que, a exemplo da Câmara dos Deputados, essa Comissão passe a se chamar Comissão de Comunicação Social, Ciência e Tecnologia. Seguiríamos, então, o paradigma da Comissão da Câmara dos Deputados fazendo a mesma coisa que a nossa homóloga. Entendo que devemos tomar essa questão como um tema que venha a ser objeto de análise aqui na Casa, a fim de que possamos dar continuidade ao discurso que V. Exª profere nesta tarde. Espero que não fiquemos apenas no discurso de V. Exª, um discurso estudado, trabalhado e que ficará registrado nos Anais como subsídio para esse tema. Seria importante que as palavras de V. Exª se convertessem em realidade e que elas tivessem seqüência, que elas se movessem na direção de produzirmos decisões concretas. Creio que é isso que a sociedade espera de nós, legisladores. Aproveito a oportunidade para, ao concluir o meu aparte – que, infelizmente, já vai longo –, dizer a V. Exª que o instante é muito apropriado. Por quê? Porque estamos entrando, eu diria, sem exagero, numa nova fase da política brasileira. Com a implantação do Real, um plano econômico que foi aprovado pelo Congresso, que se converteu num plano da sociedade, que está tendo boa receptividade com o esperado sucesso das políticas de combate à inflação, a idéia que tenho é que possamos fazer com esse plano algo maior do que uma mera reforma monetária: espero que ele consiga produzir transformações culturais outras na sociedade. Eu diria que o combate à inflação traz uma questão que considero muito importante: as condutas em nosso País. No momento em que se tem inflação alta, como é o caso brasileiro, de alguma forma, o efeito dessa inflação gera o que V. Exª citou, isto é, a "lei de Gerson". Como a taxa é muito alta, todo mundo quer tirar vantagem, alguns até para não se sentirem prejudicados; e essa história de cada um tirar vantagem da inflação foi passando do campo monetário para o financeiro, do financeiro para o econômico, do econômico para o social e até para o cultural, gerando enorme deformação em nossa sociedade. Diria que estamos precisando, quem sabe através da reintrodução de uma moeda que tenha credibilidade e que seja mais do que um instrumento de valor, gerar na sociedade brasileira uma transformação mais profunda, que venha a produzir efeitos no campo ético também, resultante da extinção da inflação. Está na hora de o País rediscutir essa questão. Na prática, como um cruzeiro antigo valia para o assalariado, ao final do mês, quarenta centavos, um metro passou a significar oitenta centímetros, o quilo passou a ser de setecentos gramas. Era a lei do mais esperto. Aliás, quem trata bem deste assunto é um jovem es-

tudioso, o pesquisador Eduardo Gianetti da Fonseca, do Instituto Fernand Braudel. A questão da inflação gerou no País enormes distorções. Diria que a raiz dessas distorções éticas está, mais uma vez, na inflação. Não quero debitar à inflação todos os males brasileiros, mas que ela concorreu para muitos deles e para agravar outros tantos, não tenho dúvida. Ela é responsável pelo empobrecimento do País, pela concentração de renda, pelo triunfo das chamadas "leis de esperteza" e terminou promovendo enormes distorções éticas que se tornaram agudas na sociedade brasileira. Então, poderíamos aproveitar este instante em que se introduz uma moeda que tem credibilidade, que é mais do que um mero valor de troca, para promovermos essas transformações que a sociedade está desejando. Penso que está na hora de fazermos isso, e a proposta de V. Ex.^a inserir-se-ia dentro desse quadro. Ou seja, se vamos iniciar uma nova fase no nosso País, devemos pensar em todos esses desdobramentos porque, sem isso, não faremos um verdadeiro e correto desenvolvimento. Essa é a lição que extraio das palavras muito apropriadas de V. Ex.^a. Oxalá essas palavras tenham seqüência, para que possamos tratar desse assunto com a diligência que ele merece e, mais do que isso, para que possamos converter algumas conclusões a que aqui chegamos num projeto de lei para darmos novos rumos e nova fisionomia ao nosso País. Não podemos perder esta oportunidade para criarmos as condições necessárias para uma sociedade, não apenas desenvolvida, mas sobretudo justa.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

O Sr. Lourival Baptista – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS – Ouço V. Ex.^a, com prazer.

O Sr. Lourival Baptista – Eminentíssimo Senador Júlio Campos, ouço V. Ex.^a com muita atenção. Desejo apenas felicitá-lo pelo seu pronunciamento, sem adiantar mais nada, tendo em vista que os oradores que me antecederam já disseram tudo. Faço, pois, das palavras dos três Senadores as minhas palavras.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Muito obrigado, Senador Lourival Baptista. Tenho certeza absoluta de que este meu pronunciamento, da tribuna do Senado Federal, vai servir para que possamos repensar o Brasil em termos de comunicação social.

Vamos preparar, nas próximas horas, uma emenda ao projeto do Senado Marco Maciel, para que a Comissão de Ciência e Tecnologia, que S. Ex.^a está sugerindo seja implantada no Senado Federal, torne-se a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, a fim de que possamos ter uma comissão permanente nesta Casa para acompanhar de perto os problemas da comunicação social deste País.

Creio que esse é um dos assuntos mais graves que temos a tratar, porque atinge toda a população brasileira, atinge todo o País indistintamente. De Norte a Sul, de Leste a Oeste do Brasil, somos obrigados, pelas redes de televisão, que geram os programas dos grandes centros, a ver a nossa cultura regional ser dilapidada, assim como a educação moral e cívica ser arrasada da maneira como vem sendo.

Agradeço a todos os Srs. Senadores os apartes que recebi. Tenho certeza absoluta de que vamos trabalhar em conjunto, eu e o Senador Mauro Benevides, para incluir no projeto do Senador Marco Maciel a sugestão de transformar a Comissão de Ciência e Tecnologia em Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Júlio Campos, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata.

O Sr. Lourival Baptista – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – V. Ex.^a tem a palavra para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL-SE. Para uma comunicação.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, uma das maiores esperanças do espírito humano é a paz, a harmonia, a compreensão e a solidariedade na convivência com seus semelhantes.

Acredito que o futuro da humanidade não tende para a "Guerra nas Estrelas", mas sim para a convivência solidária entre os povos, quando a maior parte das disputas armadas forem substituídas pelo debate nas tribunas, e a motivação bélica do ser humano, herdada de passado remoto, for sublimada nos campos do esporte, nas olimpíadas e demais competições desportivas.

A evolução da humanidade, o progresso do gênero humano, tende para o desarmamento, a exemplo do que deve ocorrer com o fim da guerra fria depois dessa fase de ajustamento.

Sr. Presidente, constrange-me e comove-me profundamente o crescimento dos conflitos em várias partes dos continentes na atualidade, com a perda de vidas e com grandes prejuízos e sofrimentos.

Na América Latina, felizmente, com exceção de alguns focos de conflitos armados, existe paz, embora a criminalidade alcance índices muito elevados, atribuídos por alguns estudiosos como reflexo da miséria e das dificuldades de sobrevivência produzidas pela crise econômica que atinge todas as faixas da população.

Somos um País pacífico. Construímos a nossa imensa extensão territorial pelo pioneirismo, pelo trabalho e pela diplomacia. Tivemos vários conflitos internos e envolvimento em disputas externas na região do Prata, mas a nossa vocação é a administração da paz, da ordem, do progresso e da soberania nacional, em que os servidores militares exercem papel importante.

Sr. Presidente, tenho acompanhado na imprensa alguns comentários que se referem às dificuldades da família dos servidores militares com relação aos níveis salariais que estão percebendo. É verdade que ocorreu em nosso País uma perda gradual do poder aquisitivo dos salários pagos a todos os trabalhadores, particularmente aos servidores públicos. Mas tem-me chamado a atenção a frequência com que, ultimamente, representações das famílias de militares e casos isolados de manifestações de militares graduados têm clamado a atenção do Governo com relação à perda do poder aquisitivo dos seus salários, tidos como os mais baixos já recebidos nos diversos tempos.

Sr. Presidente, recebi da organização "Mulheres de Militares" uma carta, da qual peço transcrição com o meu pronunciamento, alegando que seus maridos são profissionais que seguiram a carreira militar, na qual foram treinados e doutrinados para servir à Pátria, que deles depende a segurança interna e externa do País. Eles juraram, e honram, 24 horas por dia, um cumprimento da Lei Maior e não são correspondidos e reconhecidos.

Os jornais de ontem comentam o caso de uma mulher de militar que se encontra acampada diante do Congresso Nacional, para chamar a atenção das autoridades e pleitear uma audiência com o Senhor Presidente da República, dizendo que seu marido, um 1º Sargento da Aeronáutica, com 21 anos de serviços prestados às Forças Armadas, tem salário bruto de R\$ 400,00. E acrescenta que "o militar não tem sindicato, não pode fazer greve e seu único direito é ficar à mercê da Pátria 24 horas por dia". Conclui dizendo que o sindicato dos militares representa a família deles e diz que veio preparada para viver ou morrer, reivindicando a dignidade da família militar: comida no prato, educação e saúde.

Sr. Presidente, mesmo que esse caso da Sr.^a Anita, esposa de um sargento da Aeronáutica, seja um caso isolado de protesto e reclamação contra os baixos salários da categoria, já é tempo de se

estudar, com seriedade, a remuneração do pessoal militar, pois são servidores públicos que também prestam relevantes serviços ao País.

O Sr. Odacir Soares – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA – Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Trata-se de uma comunicação urgente e não podem ser concedidos apartes. Nem o orador pode conceder nem V. Exª pode usar uma prerrogativa que o Regimento não permite.

O Sr. Odacir Soares – Nobre Senador Lourival Baptista, só para não perder a oportunidade, eu gostaria de dizer que estou solidário com V. Exª nessa questão.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA – Infelizmente, Senador Odacir Soares, não posso conceder-lhe o aparte.

Sr. Presidente, desta tribuna faço um apelo ao Presidente Itamar Franco, ao Ministro Chefe da Secretaria de Administração Federal e ao Ministro da Fazenda, para que reestudem o caso da remuneração dos militares, não apenas para fazer justiça no que for realmente procedente das reclamações que nos têm chegado, mas também para tranquilizar suas famílias, que algumas vezes já vieram às ruas para chamar a atenção das autoridades para esta questão que parece estar a merecer atenção do Governo Federal.

Sou uma pessoa que tem como horizonte a boa vontade e a justiça e não poderia silenciar diante desse fato relacionado com as famílias do pessoal militar.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição, com o meu pronunciamento, das notícias publicadas no **Correio Brasileiro** e no **Jornal de Brasília**, edição de 5 de julho de 1994, cujos títulos são "Mulher de militar faz greve de fome" e "Mulher de militar faz greve", respectivamente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Brasília, 28 de junho de 1994.

Senhor Senador,

Vimos à presença de V. Exª para que auxilie em caráter de urgência a família dos Militares. Tal apelo fazemos, pois os míseros proventos que nossos maridos recebem já não são mais suficientes para alimentar seus familiares onde, está difícil a convivência, pois ao chegarem em casa só encontram a fome estampada.

Está se tornando comum ouvir como resposta a frase "Quem não estiver contente que peça baixa pois aí fora está pior ou procure um bico para fazer."

Nossos maridos são profissionais que seguiram a carreira Militar onde foram treinados e doutrinados para servir à Pátria que, deles depende a segurança interna e externa do País. Eles juraram e honram, vinte e quatro horas por dia em cumprimento da Lei maior e, não são correspondidos e reconhecidos.

Os custos e formação do Militar vêm pelos impostos e tributos pagos pela sociedade brasileira.

O Militar é obrigado a viver amordaçado não podendo se manifestar diante da situação da miséria que vivem seus familiares.

Portanto, nós mulheres antes de irmos para as ruas e avenidas pedir esmolas estamos certos que V. Exª ficará condoído e dará a devida atenção ao nosso problema.

Atenciosamente, – **Mulheres de Militares.**

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA

Correio Brasileiro

Brasília, terça-feira, 5 de julho de 1994

MULHER DE MILITAR FAZ GREVE DE FOME

A presidente da Associação Nacional das Esposas de Militares, Anita dos Santos Takaiyasu, de 40 anos, chegou ontem pela manhã de São Paulo, acampou em frente ao Congresso e entrou em greve de fome, que só suspenderá, segundo ela, quando o governo resolver "a situação salarial dos militares". Ela é esposa de um militar da Aeronáutica sediado em São Paulo, e posou para os fotógrafos com uma Bandeira Nacional.

Anita distribuiu à imprensa uma carta dirigida ao ministro-Chefe do Emfa, almirante Arnaldo Leite Pereira, na qual faz um "apelo ao Congresso Nacional", para que auxilie "a família dos militares", pois, "os míseros proventos que nossos maridos recebem já não são mais suficientes para alimentar seus familiares".

Ainda no documento, que contém mais cinco assinaturas, Anita diz que "o militar é obrigado a viver amordaçado, não podendo se manifestar diante da situação de miséria em que vivem seus familiares". E conclui afirmando que "nós, mulheres, antes de irmos para as ruas e avenidas pedir esmolas, estamos certas, que V. Exª ficará condoído e dará a devida atenção ao nosso problema".

Jornal de Brasília

Terça-feira, 5 de julho de 1994

MULHER DE MILITAR FAZ GREVE

Acampada no Congresso, Anita protesta contra aos salários

Cláudia Carneiro

Os baixos salários reclamados pelos militares levaram uma mulher de 40 anos a uma decisão de vida ou morte: Anita Santos Takaiyasu, casada com o primeiro-sargento da Aeronáutica de São Paulo, Massayoshi Takaiyasu, estendeu uma barraca em frente ao Congresso Nacional ontem e iniciou uma greve de fome até que os dirigentes políticos revertam a situação de miséria vivida pelas famílias de militares. "Eu vim preparada para viver ou morrer. Reivindico a dignidade para a família militar, comida no prato, educação e saúde", disse ela, olhando para as cúpulas do Congresso e indagando que tipo de democracia existe no País.

Anita teve dificuldades para montar sua barraca na Esplanada. Com quatro moletons, agasalhos, um cobertor e uma garrafa de água, ela percorreu pela manhã os corredores da Câmara para ser autorizada a fazer seu protesto em frente à rampa do Congresso. Não conseguiu e à tarde instalou-se a uns 500 metros da rampa. Com a Bíblia na mão e a bandeira do Brasil estendida sobre a barraca, Anita reclamou as tentativas frustradas de ser recebida pelos presidentes da Câmara e Senado. Esteve no Palácio do Planalto e protocolou um documento dirigido ao Presidente Itamar Franco, explicando a situação dos militares.

Segundo ela, seu marido recebe um salário bruto de R\$400,00, com 21 anos de serviços prestados às Forças Armadas, e seu filho não está indo à escola por falta de dinheiro para a passagem de ônibus. "O militar não tem sindicato, não pode fazer greve e seu único direito é ficar à mercê da Pátria 24 horas por dia. Portanto, eu sou o sindicato dos militares e represento as famílias deles", afirmou.

Nesta semana, Anita tentará uma audiência com o Presidente Itamar e insistirá em ser recebida pelos presidentes da Câmara e Senado. O Governo estuda um projeto de isonomia para os funcionários públicos civis, em que os militares podem "pegar carona" num aumento médio de 28,86%.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda. S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para prestar uma homenagem e repercutir uma gravíssima denúncia. O alvo da primeira e o autor da segunda são a mesma pessoa: ninguém menos que o Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, cirurgião-chefe da Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor, decano da ortopedia brasileira e cientista de renome internacional.

À frente da Associação das Pioneiras Sociais e com a colaboração de uma equipe de médicos, auxiliares e funcionários que seu gênio administrativo soube selecionar e motivar, o Dr. Campos da Paz transformou o Sarah num centro de referência mundial em cirurgia ortopédica e fisioterapia, verdadeira ilha de seriedade e êxito no presente caos da assistência médico-hospitalar do País.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, estribado na autoridade de sua competência e reputação, o Dr. Campos da Paz, em artigo publicado em *O Globo* do dia 18 e reproduzido no *Correio Braziliense* do dia 23 deste mês, apresenta um diagnóstico arrasador dos descaminhos da sociedade brasileira.

O fulcro de sua denúncia são os efeitos perversos do sistema de pagamento por produção de serviços médicos, vigente há três décadas nos hospitais públicos e privados brasileiros.

Segundo Campos da Paz, o sistema instaurou uma estrutura de incentivos que induz os médicos a acumular "unidades de serviços", que variam com o grau de complexidade dos tratamentos, ao invés de recompensá-los pelo cuidado da saúde dos pacientes, qualquer que seja o nível de complexidade dos procedimentos adotados.

Para resumir o raciocínio, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os profissionais de saúde foram desenvolvendo, inconscientemente, um reflexo típico do operário remunerado por peça. Deixemos que o Dr. Campos da Paz esclareça o problema com as suas próprias palavras: "Se eu operasse mais, ganharia mais e se fizesse um procedimento mais complexo, ganharia mais ainda."

O Sr. Lourival Baptista – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Pois não. Ouço com prazer o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista – Nobre Senador, V. Ex^a está de parabéns por fazer este pronunciamento a respeito de um homem que dignifica a classe médica. O Brasil deveria ter – eu já não digo uma dúzia – meia dúzia de Campos da Paz. É um médico que cumpre o seu juramento hipocrático. Infeliz do povo de Brasília se o Hospital Sarah Kubitschek for fechado. Nós que estamos lá, como conselheiros, há alguns anos, sabemos de perto o que é aquele hospital. Quero, nesta hora, mais uma vez, parabenizar o Dr. Aloysio Campos da Paz pela eficiência, pelo trabalho que desenvolve aqui em Brasília bem como no hospital a que assistimos a inauguração em Salvador. Parece ser o quarto ou o quinto da rede Sarah Kubitschek. Faz muito bem V. Ex^a ressaltar o trabalho honrado, digno, que dignifica uma instituição como a do Sarah Kubitschek, e o nome deste homem, Dr. Aloysio Campos da Paz, que podemos dizer é um verdadeiro herói. Em uma época como a que atravessamos, S. S^a consegue fazer milagres no Hospital Sarah Kubitschek em Brasília. Parabéns a V. Ex^a, eminente Senador Gilberto Miranda, pelo seu pronunciamento que muito nos honra. Honra o Senado Federal, porque esta Casa sabe e compreende que a sua palavra traduz verdadeiramente o que é o Hospital Sarah Kubitschek e o seu dirigente Aloysio Campos da Paz.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Agradeço o aparte e as palavras carinhosas do nobre Senador Lourival Baptista. Acredito realmente que o Dr. Aloysio Campos da Paz merece as palavras de V. Ex^a como também toda a população brasileira mereceria ter em cada Estado, por que não em cada região, um Hospital Sarah Ku-

bitschek. Trata-se de um exemplo de hospital, um exemplo de seriedade para o ortopedia brasileira.

O Sr. Odacir Soares – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Odacir Soares – Queria solidarizar-me com V. Ex^a, Senador Gilberto Miranda, da mesma forma com as considerações que acabam de ser formuladas pelo Senador Lourival Baptista que, salvo engano, é conselheiro da Fundação das Pioneiras Sociais, do Hospital Sarah Kubitschek. Eu gostaria de me expressar, primeiro, no sentido de que o funcionamento do Sarah Kubitschek consegue deixar exposto dois aspectos que, geralmente, conflitam entre si na administração pública: de um lado, a Fundação Sarah Kubitschek, administrada com seriedade, com absoluta honestidade e austeridade; de outro, consegue ser excessivamente eficiente. Normalmente, na administração pública, isso não ocorre; se há desonestidade, há ineficiência. Por isso, parece-me que o Dr. Aloysio Campos da Paz, na administração da Fundação das Pioneiras Sociais, particularmente no Hospital Sarah Kubitschek, conseguiu realizar essa proeza de ser austero, honesto e de ter montado uma estrutura médico-hospitalar extremamente eficiente, que essa eficiência projetou-se além-fronteiras brasileiras. Sem dúvida, o Hospital Sarah Kubitschek é, hoje, sem nenhum favor, talvez, o melhor hospital da América Latina neste setor e com conceito igualmente idêntico na América do Norte e na Europa. O Brasil, como aconteceu, recentemente na Bahia, com o Governador Antônio Carlos Magalhães, está repetindo o exemplo do Sarah Kubitschek, ou seja, a criação de um hospital idêntico. Espero que possamos ter também um na Região Norte. Sou candidato a Governador de Rondônia, e esse é um compromisso que tenho com a minha região. Somos clientes do Sarah Kubitschek. Temos o compromisso de construir num tamanho adequado em Rondônia bem como para a Amazônia Ocidental um Sarah Kubitschek, com os pressupostos de honestidade na sua administração e de eficiência nos seus resultados. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Agradeço o aparte do nobre Senador Odacir Soares, meu companheiro de Senado e de Região Norte.

Tem toda razão V. Ex^a; estamos completamente abandonados; a população da nossa região, de toda a Amazônia está abandonada em termos de saúde. Seria importante, seria mais fácil, por que não dizer mais honesto, se tivéssemos algum tipo de instituição como essa, não tão sofisticada, mas, pelo menos, algo de nível razoável para a nossa região. Não temos absolutamente nada em termos de ortopedia, de fisioterapia desenvolvidas. Há que se enviar as vítimas para cá, sobrecarregando o Sarah Kubitschek, como também as outras unidades.

O Sr. Lourival Baptista – Permite-me V. Ex^a mais um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Lourival Baptista – Quero dizer a V. Ex^a que existe um Sarah Kubitschek em São Luís do Maranhão. E já foi iniciada a construção de mais um em Belém do Pará, se não me falha a memória.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Penso que seria um alerta, Senador Lourival Baptista, para que todos os eleitos na disputa aos governos estaduais vissem a possibilidade efetiva, no início de seus mandatos – pressionando mais as empreiteiras, deixando que menos corrupção haja em seus governos, olhando, mais de perto, seus subordinados, e carregando alguns recursos – da instalação de Sarah Kubitschek em cada Estado da Federação.

O Sr. João Rocha – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. João Rocha – Toda vez que V. Ex^a assoma à tribuna é para tratar dos assuntos mais importantes, das prioridades de nosso País. Tocou V. Ex^a, com muita propriedade, num assunto de fundamental importância, que é a falta de assistência médica, do atendimento médico-hospitalar na Região Norte do País. Represento aqui – assim como V. Ex^a –, a Região Norte do País: a Amazônia Legal. Tenho visto, praticamente todos os meses, todas as quinzenas, companheiros, amigos nossos, pedindo nossa interferência para buscar um espaço, uma consulta no Hospital Sarah Kubitschek. Para atender esse tipo de assistência, atender os humildes do nosso Estado, temos contado com todo o apoio do Sarah, apesar da enorme dificuldade de deslocamento, do custo de transporte da Região Norte, lá do meu Tocantins, seja por via aérea ou terrestre. Endosso plenamente a idéia de V. Ex^a de criarmos um modelo, uma filial do Sarah Kubitschek na Região Norte do País. Poderia ser no Pará ou até no meu Estado, que é o eixo nodal, para dar atendimento a essas pessoas que, a cada dia, buscam essa assistência, esse apoio. Os que não têm acesso ao Senador Gilberto Miranda, ao Senador João Rocha, ao Senador Odacir Soares, vivem à míngua, sem qualquer condição, sem expectativa de viabilizar, pela eficiência médica, um problema de cirurgia, ou mesmo um tratamento mais prolongado. Eu gostaria que esse eco, essa colocação feita por V. Ex^a chegasse à direção do Hospital Sarah Kubitschek, ao nosso colega e companheiro Senador Lourival Baptista, que – como citou o Senador Odacir Soares – pertence ao Colegiado, ao Corpo Consultivo. Que esse desejo fosse realizado, não só na região Nordeste do País, mas também na região sacrificada do Norte; que fosse transportada uma espécie de filial, um módulo, a fim de que essas pessoas também tivessem condições de atendimento naquilo de que mais necessitam que é a assistência médica nessa especialidade, que hoje está entre as melhores da América do Sul. Agradeço a V. Ex^a por conceder-me o aparte.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Agradeço ao nobre Senador João Rocha, representante de Tocantins. Concordo plenamente com as suas palavras. A eficiência do Hospital Sarah Kubitschek é praticamente igual à da Comissão presidida por V. Ex^a. A Comissão de Economia, nas mãos de V. Ex^a, foi um exemplo no biênio de 93/94 nesta Casa. Com o seu jeito de homem do Norte, de fala arrastada, que trabalha em silêncio, V. Ex^a conseguiu ganhar o carinho, a compreensão e fazer com que a Comissão de Economia trabalhasse, com eficiência, e mais se adiantasse em termos de projeto nesta Casa. Foi realmente um trabalho eficiente não só por parte de V. Ex^a, mas também da equipe que comandou na Comissão de Economia.

Peço ao Sr. Presidente, meu amigo Gerson Camata, que me conceda mais alguns minutos para que eu possa terminar meu pronunciamento, apesar de o tempo já estar praticamente esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – V. Ex^a dispõe de cinco minutos para terminar seu pronunciamento.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Prosseguindo o meu discurso, e se fizesse um procedimento mais complexo, ganharia mais ainda. E viva o Brasil, campeão mundial de cesarianas!

É uma barbaridade imaginar que continuaremos a ser os campeões mundiais de cesarianas enquanto continuarmos a efetuar os pagamentos como fazemos nas últimas três décadas neste País e enquanto o sistema de saúde continuar remunerando os médicos e os hospitais. Por quê? Porque se trata de um procedimento mais caro; como consequência, todos os médicos optam sempre – sem fazer críticas àqueles profissionais sérios e competentes – pela ce-

sariana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a ironia histórica nos pregou uma peça cruel quando fez o Presidente Tancredo Neves agonizar no Hospital Distrital de Brasília, berço das Unidades de Serviços (USs), criadas pelos institutos de aposentadoria e pensões e precursoras das atuais Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) e das Unidades de Cobertura Ambulatorial (UCAs). Com Tancredo, lamenta Campos da Paz, morreu também o "sonho do hospital público brasileiro".

Esse longo acúmulo de distorções seria aprofundado pela Constituição de 1988, que, em nome dessa utopia chamada Sistema Único de Saúde – SUS, consagrou um corporativismo irresponsável e criminoso a paralisar "num estado de greve permanente os hospitais públicos, fazendo com que o povo morra nos corredores ou seja dirigido para hospitais e clínicas particulares onde trabalham os mesmos médicos que, nos públicos, estão em greve", denuncia Campos da Paz. Para esse eminente médico, "as raízes do corporativismo estão profundamente ligadas a uma relação cínica que, no final de contas, gerou o acordo típico do serviço público: você finge que trabalha, e eu finjo que te pago... Essa relação – continua Campos da Paz – foi de tal modo fortalecida pela Constituição de 1988 que hoje alguém que queira trabalhar, como médico, em hospital público, por exemplo, entregando-se a atender uma demanda que fará com que ele ultrapasse as horas previstas pela lei, disso se vê impedido. Se quiser, pode fraudar; se quiser, pode ir para a sua clínica particular; se quiser, pode inventar, no seu outro emprego, autorização de internação (...) e unidade de cobertura (...), mas trabalhar para a comunidade não pode. Só quatro horas; de preferência entrando nos hospitais de costas para sair mais depressa!"

Fique bem claro, Sr. Presidente, que, ao reproduzir essas palavras de justa indignação, vindas de um médico devotado por inteiro à missão que a sociedade lhe confiou, obviamente não tenho qualquer intenção de denegrir a classe médica, formada por uma esmagadora maioria de profissionais sérios, responsáveis, generosos e sensíveis ao sofrimento humano, que é a matéria-prima do seu dia-a-dia. Busco tão-somente mostrar que os médicos e os demais profissionais de saúde vêm-se hoje reduzidos a engrenagens involuntárias de um mecanismo diabólico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reportagem do jornalista Ricardo Melo, publicada na revista *Exame* de 13 a 22 deste mês, descreve essa catástrofe brasileira em números precisos. Nos últimos seis anos, os gastos federais com saúde despencaram de 80,3 dólares para 45,7 dólares por habitante. A situação agravou-se particularmente no ano passado, quando o Ministério da Previdência suspendeu os repasses obrigatórios ao Ministério da Saúde, a fim de reorientar esses recursos para o pagamento do reajuste de 147% dos aposentados, dentre outras reivindicações.

"Em 1991", recorda o jornalista Ricardo Melo, "cerca de 80% dos gastos mensais com a saúde eram cobertos com dinheiro proveniente da Previdência, enquanto agora, em 1994, tais transferências deverão ser nulas".

O Diretor do Departamento de Controle e Avaliação de Serviço do Ministério da Saúde, Gilson Calesman, sublima o funesto paradoxo do Brasil, uma das maiores economias do mundo, mas 74º colocado em despesas com saúde. Em percentagem do PIB investido em saúde, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil, com 4,2% perde para a Coreia do Sul, com 6,6%; a Índia, com 6%; e até mesmo para o minúsculo e miserável El Salvador, com 5,9%. Comparados com os nossos 46 dólares por habitante, os vizinhos Paraguai e Bolívia despendem 140 e 120 dólares ao ano por habitante.

Em consequência dessa política criminoso de descaso ofi-

cial pela saúde, a participação da rede pública na oferta total de leitos hospitalares caiu de 45%, em 1945, para menos de 29%, no ano passado.

A lentidão com que o Ministério da Saúde repassa os recursos aos hospitais particulares conveniados (até três meses de atraso, sem qualquer atualização monetária) levou um grande número deles a se desvincularem do SUS, a fim de preservarem padrões mínimos de qualidade no atendimento.

É óbvio, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que os mais prejudicados com tudo isso são os doentes pobres, sem acesso a bons convênios e por isso condenados a penar em longas filas e, não raro, agonizar no chão frio de corredores infectos, antes de receberem qualquer assistência, se é que chegam a recebê-la, quando não morrem nos corredores ou em macas instaladas em corredores de hospitais da rede pública e da rede privada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi com o intuito de apontar uma contribuição positiva e realista ao encaminhamento de soluções para a tragédia pública da saúde brasileira que, logo no início de meu mandato, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 39, de 25 de março de 1993, concedendo incentivos fiscais a pessoas físicas ou jurídicas que fizessem contribuições e doações a hospitais e ambulatorios mantidos por entidades beneficentes e assistenciais, como fundações, associações, sociedades civis ou em irmandades.

O Sr. Ronan Tito – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Gilberto Miranda?

O SR. GILBERTO MIRANDA – É um prazer, nobre Senador Ronan Tito.

O Sr. Ronan Tito – Nobre Senador Gilberto Miranda, V. Exª, como sói acontecer, brinda-nos com um pronunciamento da maior importância, fere uma corda que assusta o povo brasileiro, numa hora de desemprego, de recessão. A saúde do povo, então, nesses momentos, sofre muito mais do que nos momentos normais. E V. Exª denuncia que cada vez mais cai o investimento na área da saúde, e pior do que isso, o Ministério da Previdência Social, anteriormente em parceria com o Ministério da Saúde no financiamento da saúde, hoje se desobriga inteiramente de gastos com essa área, ficando o Ministério da Saúde com verbas cada vez menores. Mas, se V. Exª verificar o orçamento do País, constatará que o custo para girar a nossa dívida interna, uma dívida ridícula, está levando muito mais, mas muito, muito mais, do que a saúde ou outros setores. Tudo isso, nobre Senador, é para observar que estamos vivendo o paraíso dos banqueiros ou o paraíso do sistema financeiro. Agora, divulgaram os juros reais que o Banco Central determinou. Brada aos céus e pede a Deus vingança! Outra coisa: não estou vendo nenhum banqueiro satisfeito! É verdade, porque é uma questão de inteligência, senão cairíamos naquela piada antiga: "sonhei que todo mundo morreu e tudo ficou para mim". Será que os banqueiros brasileiros querem administrar todos os bens ou querem administrar o dinheiro depositado nos seus bancos? Portanto, é bom que se verifique que é o sistema financeiro o beneficiado. Ainda há pouco, conversei com o Senador José Eduardo a respeito de uma denúncia feita pelo suplemento econômico do Banco do Estado de São Paulo sobre as triangulações para a aquisição do dólar. E S. Exª, de acordo com o conhecimento que tem da matéria, disse-me que pode estar ocorrendo até mesmo vendas a futuro em dólar. Qual é o rendimento dos juros em dólares? V. Exª sabe: 10%, 12% ao ano, quando muito!

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sete, 5, 4%.

O Sr. Ronan Tito – Mas, Senador, sabe quanto o Banco Central está cobrando de juros mensalmente – e pretendemos que o Real seja uma medida estável – 8,5%, e não é ao ano, é ao mês! Outro dia eu disse isto a V. Exª; agora vou repetir para o Plenário:

a denúncia de V. Exª é da maior seriedade. Enquanto ela ocorre, há pessoas morrendo à mingua, por falta de recursos; e estes estão sendo canalizados para o sistema financeiro. Porém, digo que nenhum órgão da imprensa publicará essa matéria; à imprensa interessa denúncias de conflitos entre Parlamentares ou uma inquisição em que o grande inquisidor "dedura" seus companheiros, muitas vezes sem comprovação. V. Exª está dando uma contribuição ao seu País denunciando as mazelas do sistema de saúde e mostrando-nos o exemplo daquele que todos conhecemos sobejamente: Aloysio Campos da Paz. Parabéns a V. Exª! Entretanto, este Senado – a mais alta Casa brasileira

– deveria repercutir o fato para o Brasil inteiro. Mas, desgraçadamente, sou obrigado a registrar que isto não acontecerá, ou seja, as palavras ficarão entre as paredes do Congresso Nacional e impressas nos Anais da Casa. Graças a Deus ainda temos os Anais, pois, no futuro, haverão de registrar que, em uma ocasião, o Senador Gilberto Miranda denunciou estas mazelas ao País. Vamos ver se o que está sendo dito com tanta seriedade por V. Exª será divulgado pelas televisões e jornais, a fim de que o povo brasileiro saiba que os seus representantes estão tentando lutar e fazer algo pelos seus representados. Parabéns a V. Exª!

O SR. GILBERTO MIRANDA – Agradeço as generosas palavras do aparte de V. Exª.

V. Exª tem toda razão, Senador Ronan Tito. Enquanto o Banco Central baliza 8,5% de juros para o primeiro mês de implantação do Real, a esperança do povo brasileiro de uma moeda forte, a esperança do povo brasileiro de uma nova era, a esperança do povo brasileiro de que algo pudesse mudar cai por terra, porque parece que nada muda.

Se multiplicarmos essa taxa, mesmo que ela venha a cair, por mais generosa que seja, Senador, vamos pagar ao Banco Central 60%, em dólar, ao ano, para a compra de dinheiro. Imagine V. Exª que, no primeiro mês, ou seja, em julho, o Banco Central pagará 4% de juros reais em dólar. Qualquer aplicador, nos Estados Unidos ou em qualquer parte do mundo, hoje, não consegue aplicar acima de 4% ao ano. Somente quando se compram títulos de governos por 20 ou 30 anos é que se consegue uma taxa mais generosa de 5, 6 e até 7%.

O Senador João Rocha já alertou, desta tribuna, que a dívida pública brasileira deverá chegar a aproximadamente 18 bilhões de dólares, no final do ano, se continuarmos pagando uma taxa de 60%, quando as nossas reservas serão acrescidas de apenas 1 bilhão e 200 milhões de dólares.

Imaginem V. Exªs o que se dará de furo de déficit, um déficit da ordem de 16,8 bilhões de dólares! Quem paga essa quantia? O povo! Quem paga essa quantia? A Saúde! Quem paga essa quantia? A Educação.

A população continuará pagando – e caro – morrendo em filas de aposentadorias, morrendo em filas de hospitais.

Se o Senhor Presidente da República não abaixar essa taxa de juros, esse plano não funcionará.

O Sr. João Rocha – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. João Rocha – Nobre Senador Gilberto Miranda, agradeço a V. Exª por ter-me concedido o aparte. Eu gostaria de dar seguimento ao pensamento do Senador Ronan Tito. Ontem, concedi uma entrevista no programa "Bom Dia Goiás", na cidade do nosso querido Senador Onofre Quinan. Senti que o repórter me procurou para saber como seria resolvido o problema do País e como se acabaria com o déficit das contas públicas. Com muita clareza, respondi ao repórter que, lamentavelmente, a sociedade brasileira não tem conhecimento de que o que mais sacrifica

o orçamento é o custo financeiro da rolagem mensal da dívida externa; e, hoje, com um percentual muito menor, a dívida interna. Eu disse também que a nossa dívida interna cresceu 33% reais no primeiro semestre de 1994 e o que isso representava. Falei que o Governo reclama o fato de não ter 200 milhões de dólares para a Educação, de não ter 300 milhões de dólares para atender, emergencialmente, à Região Nordeste do País. Mas o Governo vem rolando a sua dívida; pagando somente 3% reais ao mês, o Governo estaria pagando 1,5 bilhão de dólares para o sistema financeiro, para a ciranda financeira e para aquilo que nada gera à economia do nosso País, nem no campo social, nem no político. Então, o que está acontecendo neste País? Estamos cada vez mais concentrando riquezas, cada vez mais nos distanciando daquilo que é prioritário para a nossa economia. O que é prioritário para o País?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Deixar o banqueiro rico!

O Sr. João Rocha – Alimentar esta ciranda financeira! O Governo diz ser necessário aumentarem os juros para 8% ao mês, o que inviabilizar o consumo. Quer que o povo morra de fome, porque não vai comer; quer fazer de tudo para que o povo não coma, não consuma e não compre. Mas o Governo diz precisar transferir esse dinheiro para o sistema financeiro, para a ciranda financeira, para os especuladores e para os improdutivos. E mais ainda, nobre Senador: a nossa reserva cambial aumentou para 38 bilhões de dólares; em contrapartida, aumentamos a nossa dívida interna, em 4 meses, em cerca de 40 bilhões bilhões de dólares. Pergunto a V. Ex^a: que vantagem tem o País neste momento? E o que é mais crítico: temos 38 bilhões de dólares fora do País. Sabe V. Ex^a quanto esse valor rende por ano? 1 bilhão de dólares em 12 meses. Para esse mesmo dinheiro, paga-se, no Brasil, 2 bilhões e 400 milhões de dólares em um mês. Ontem, ouvi pela televisão uma aberração: "Temos que inviabilizar a entrada de recursos especulativos no País, e a forma é aumentar os juros". Ora, a forma não é essa. Precisamos inibir a especulação mediante a tributação, mediante a taxação – em índices de 50%, 80% – desse dinheiro especulativo. O dinheiro que vem como parceria é bem-vindo, mas o capital especulativo, que entra na Bolsa hoje para sair amanhã, tem que ser penalizado, porque é nocivo à economia, é nocivo à sociedade, é nocivo ao nosso País. Encabula-me ver que a equipe financeira do Governo quer embutir na sociedade brasileira a idéia de que, para inibir o capital especulativo, o Governo precisa retirar recursos da Educação, da Saúde, da Habitação, do pobre. Isso é lamentável, isso é simplista, isso é uma utopia. V. Ex^a discute esse tema com muita propriedade. Há mais de dez anos tenho dito que o mal do País é o fato de ele se ter transformado em laboratório de incompetentes há mais de 15 anos. Gastamos bilhões e bilhões de dólares, porque criamos o laboratório de uma minoria, o laboratório dos monopólios, o laboratório dos oligopólios, mas esquecemos do essencial: a sociedade. Estou fazendo um estudo, com dados de 20 anos atrás, que mostra o porquê de ter aumentado a nossa dívida externa, quando aconteceu, o quanto pagamos e para onde foi esse dinheiro. Foi para a Educação, para a Saúde, para o Transporte ou para a Habitação? Não foi! Esse dinheiro ficou concentrado, e uma economia concentradora é prejudicial. O país que não valoriza a capacidade de consumo não quer gerar emprego nem produzir. Trarei à discussão oportunamente os dados, os números que demonstram, com clareza, que não é o dinheiro destinado à Saúde, à Educação, à Infra-estrutura ou à Habitação que inviabiliza o Orçamento da União, mas sim o destinado à especulação, onde o capital apenas circula, onde não há produção. Queremos o país que vislumbramos, queremos a inflação zero. Se formos ao banco tomar dinheiro emprestado, verificaremos que nos cobrarão 8%, ao mês, de juros. Ora, 8% ao mês, capitalizado, ele-

va a taxa para 140% ao ano. Hoje o CDI estava captando a 145% ao ano, com inflação zero!

O SR. GILBERTO MIRANDA – Mas, Senador, quando o banco toma dinheiro a 8,5%, empresta a 12%, 13% ou 14%.

O Sr. João Rocha – Na entrevista à qual me reportei anteriormente, coloquei que parece que nos preocupamos, neste País, apenas com o padeiro. Vi anteontem, ontem e hoje preocupações apenas com o padeiro, com o cidadão que vende o pão. Não estão preocupados com o cidadão que vendeu o trigo para o padeiro. Chegou-se ao ponto – estarrecer-me – de se dizer: "você, empresário, podem manter seus preços altos, e o Governo vai buscar uma forma de vocês terem um ganho acima do real, terem um ganho acima do normal, porque serão tirados seus tributos – o IPI, o ICMS". Vejo assim a indústria automobilística. Por quê? Vamos analisar o custo, o valor original do veículo. Há dois anos atrás, foram diminuídos o IPI e o ICMS. E está havendo um crescimento real no custo desse produto. O que está acontecendo? Está havendo facilidades sensíveis do Governo e irresponsabilidade do Tesouro. A cada ano, cresce a dívida: de 100 bilhões de dólares, passou para 140; em 31 de dezembro – não sei se V. Ex^a viu o Relatório do Tribunal de Contas – já alcançava 158 bilhões de dólares. Agora, coloque 3% sobre 158 bilhões: são 5 bilhões de dólares ao mês, justamente a quantia de que a Saúde necessita para todo o ano. Estamos fazendo o quê? Estamos atrelando ao Governo o empresário improdutivo. A atividade improdutiva busca no sistema financeiro segurança para ganhar dinheiro. Aqui, ao lado, está o colega e empresário, Senador Onofre Quinan. Não sei se S. Ex^a tem a certeza de que, se comprar um produto comercializado, buscando recursos do Sistema Financeiro Nacional...

O SR. GILBERTO MIRANDA – S. Ex^a quebra...

O Sr. João Rocha – ...vai ganhar 10% ao ano. S. Ex^a pode ganhar 10% ao mês, sem trabalhar, tomando uísque, na piscina, batendo papo. Há coisa melhor do mundo do que a ciranda, Excelência? Falo dessa forma, porque acredito que um País que não dá prioridade para a Saúde, para a Educação, alegando que não tem dinheiro, mas tem quatro bilhões de dólares todo mês para transferir para o sistema especulativo nacional, lamentavelmente não vai dar certo nunca. Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade do aparte.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Nobre Senador Gilberto Miranda, gostaria que V. Ex^a concluísse, pois o tempo está ultrapassado em 15 minutos. Há vários oradores inscritos.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Estou concluindo. Peço apenas mais alguns minutos, Sr. Presidente.

Parabenizo o nobre Senador João Rocha pelo aparte.

O Plano Real é bom apenas para quem tem dinheiro, para donos de supermercados, banqueiros, para os quem têm boas condições financeiras; não foi feito para pobre. O pobre até agora só viu o custo de vida subir, só viu seu salário ser congelado por doze meses. Não vimos ainda nenhuma medida no sentido de que a classe privilegiada, que concentra os recursos deste País, venha a arcar com algum ônus.

Nada tenho contra banqueiros. Trata-se de uma atividade como qualquer outra, mas os banqueiros ganharão muito mais dinheiro do que ganharam, porque ganharão mais estavelmente. Não terão necessidade de emprestar para empresários, com risco; emprestarão ao Governo, a 50%, a 60%, a 70% ou a 80% ao ano, enfim a qualquer valor absurdo.

Portanto, quem vai continuar ganhando neste Governo? Os banqueiros, os ricos, as empreiteiras. A população vai continuar perdendo, o povo vai continuar sofrendo. Não temos a menor chance de ver sobrar dinheiro para Educação e Saúde.

O Sr. Moisés Abrão – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Moisés Abrão – Senador Gilberto Miranda, V. Exª faz, nesta tarde, pronunciamento da maior importância. Nos últimos meses, temos assistido, mediante noticiários da imprensa, ao retrato da falência da Saúde. E hoje, V. Exª enaltece a extraordinária figura do Dr. Aloysio Campos da Paz, responsável pela criação de um verdadeiro oásis dentro do deserto em que se transformou a Saúde no Brasil. Esse deserto estende-se a outras áreas, tais como Educação e Transporte. Ouvi alguns Senadores relatarem as dificuldades pelas quais passa o País. O Senador Ronan Tito, bem como o Senador João Rocha, falou sobre os males que tem causado ao País a especulação financeira. Faço só uma ressalva à fala do Senador Ronan Tito, quando disse que o banqueiro está preocupado. Não acredito! O banqueiro não é mais banqueiro; o banqueiro, hoje, é industrial, está no comércio, detém o controle das maiores cadeias de departamento. Na privatização, os banqueiros têm mostrado que são muito eficientes. Exemplos: a Petroquímica, a siderurgia, a informática, enfim, todos esses setores estão nas mãos dos banqueiros. Ouvi o Senador João Rocha abordar o quanto custa para nós, para o povo brasileiro o endividamento interno: 5 bilhões de dólares por mês. E eu fico pensando: a nossa agricultura, sustentáculo da economia nacional, necessita de 10 bilhões de dólares por ano para produzir 100 milhões de toneladas de alimento. No entanto, o Governo alardeia que conseguiu alocar 1 bilhão de dólares, recentemente, para a agricultura, como se isso fosse resolver os problemas dela. Ou seja, V. Exª citou muito bem: o Plano Real foi feito para banqueiro. Faço uma ressalva: todos os planos econômicos, nos últimos 15 anos, foram feitos para e pelos banqueiros. Quando se implantou a URV, anunciou-se a entrada do Plano Real; logo a imprensa começou a alardear que haveria um consumismo desenfreado no País; que, na medida em que não se aplicasse uma política monetária rígida, o consumismo tomaria conta do povo brasileiro e teríamos o desabastecimento e, conseqüentemente, um aumento de preços. Como? Pergunto a V. Exª: o Plano Real aumentou o salário do trabalhador brasileiro, para que ele pudesse consumir mais, ou isso foi uma política já programada, para justificar a política monetária? A par disso se anunciava: os bancos, para sobreviverem, terão que cobrar taxas administrativas, porque senão quebrarão, principalmente os bancos oficiais. A que assistimos? Juros de 4% ou 3,5% reais. Os banqueiros vão continuar acumulando a mesma riqueza que acumulavam antes do Plano Real; que acumularam nos Planos Cruzado I e II; Bresser; Mailson e, agora, no Plano Real. Subiram as taxas administrativas; não é suficiente para os banqueiros apenas o juro real – criaram um ambiente propício para que se acumulasse mais riqueza. Aí pergunto: E o Brasil? E o escândalo do Orçamento? Esta Casa fez uma CPI e a imprensa nacional deu guarida e que, talvez, na História deste País, nunca se viu; ela, que foi a guardiã da moral, do direito, da responsabilidade, quando da Comissão Parlamentar de Inquérito, para que se apurasse alguns milhões de dólares que foram desviados inconseqüentemente por alguns irresponsáveis, o que ela está fazendo hoje no País? Por que a imprensa não combate? Por que a imprensa não esclarece o povo brasileiro? O que há por trás disso? No fim, nobre Senador, chegamos à conclusão de que o País todo – o Congresso Nacional, as instituições, o povo brasileiro – se dobrou ao grande cartel que infelicitiza esta Nação, que é o cartel dos banqueiros. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Agradeço pelo aparte e pelas palavras de V. Exª, que é empresário e político, que está dos dois lados da mesa e vê muito claramente o que está acontecendo de um lado e do outro. E lamento, Senador Moisés Abrão, que V. Exª não tente uma reeleição, que tenha optado por deixar esta

Casa. Mas ainda temos 7 meses praticamente para conviver com a inteligência, com o brilhantismo e com a praticidade de V. Exª. Espero que o Estado de Tocantins consiga mandar para esta Casa alguém do nível de V. Exª.

Digo-lhe que banqueiro, como disse o Senador José Eduardo, não quer o Banco Central independente, não há interesse de ver o Banco Central independente. Por quê? O dia em que tivermos o Banco Central independente, este não vai socorrer os bancos estaduais quebrados, os bancos federais quebrados e os bancos particulares que ficaram mamando nas tetas do Governo, enquanto o povo morre em hospitais quebrados; bancos que viviam do desconto, pagando uma pequena taxa; pegavam o dinheiro no resdesconto, na sexta-feira, para pagá-lo na segunda-feira. Faziam isso para sobreviver. Esse é o caso de grande parte dos bancos.

Quero dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores que se tivéssemos uma CPI para investigar banqueiros e empreiteiros, colocaríamos 90% deles na cadeia. CPI dos banqueiros não vai sair nunca, porque o poder deles é muito grande! CPI de empreiteiros, menos ainda, porque está aí assinada, está aí colocada e até agora não foi instalada e jamais o será! Isso porque os partidos políticos têm medo ou são subvencionados por empreiteiras.

Termino, Sr. Presidente. Ciente do colapso do sistema público e convencido de que o cuidado com a saúde de nossos compatriotas despossuídos é um dever não só do Estado mas de toda a sociedade, na generosa tradição luso-brasileira das Santas Casas, procuro, com meu projeto, criar meios fiscais para que as pessoas físicas e as empresas possam doar recursos para os hospitais filantrópicos, neles incluindo pesquisa e ensino. Isto conduzirá ao uso ágil de recursos disponíveis, com resultados rápidos e sensível melhoria na assistência oferecida. O projeto garante, ainda, que o doador exerça controle sobre os recursos doados, o que permitirá maior participação no alcance do seu gesto e evitará a má aplicação desses recursos.

O sistema proposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, descentraliza investimentos, incentiva o natural e justo orgulho dos habitantes de cada localidade por hospitais melhores, instaurando uma saudável emulação em busca da excelência na área de saúde.

Cumpra-me, prazerosamente, reconhecer que uma das principais fontes de inspiração de minha proposta foi a vitoriosa luta do Dr. Campos da Paz, a quem este discurso é dedicado. Todos se lembram de como, há pouco mais de dois anos, ele comandou uma forte mobilização da sociedade e acabou sensibilizando o Congresso Nacional em apoio à transformação do "Sarah" em fundação privada, única alternativa ao círculo vicioso de corporativismo, incompetência e colapso que ora corrói a saúde no Brasil.

Apesar de tudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho absoluta fé em que a união de nossas vontades logrará ampliar em escala nacional o alcance dessa iniciativa em benefício de dezenas de milhões de brasileiros e da "redignificação" dos profissionais da medicina de nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Gilberto Miranda, o Sr. Gerson Camata, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Em 6 de julho de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, que me

ausentarei dos trabalhos da Casa, para breve viagem ao estrangeiro, em caráter particular, no período de 10 a 17 do corrente.

Atenciosas saudações. – **Gilberto Miranda.**

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – O expediente lido vai à publicação.

Em sessão anterior, foi lido o Requerimento nº 536, de 1994, do Senador José Sarney, solicitando, nos termos do art. 40, § 1º, do Regimento Interno, a prorrogação de licença concedida para desempenhar missão em Dresden – Alemanha.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito, para proferir o parecer, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. RONAN TITO (PMDB – MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o eminente Senador José Sarney requer a V. Ex^a e a esta Casa a prorrogação da licença relativa ao período de 13 a 17 de junho do corrente, quando daqui esteve afastado, em viagem a Dresden, na Alemanha, tendo na oportunidade proferido palestras, conferências e comparecido a encontros.

Relato favoravelmente à prorrogação da licença do nobre Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – O parecer é favorável.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Fica prorrogada a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 39, letra a, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Ex^a que me ausentarei do País durante o período de 2 a 8 do corrente.

Sala das Sessões. – Senador **José Sarney.**

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência fica ciente.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Ofício nº 439/94

Brasília, 6 de julho de 1994.

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Ofício nº 394/94, tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Reformador – PPR, o Deputado FRANCISCO DORNELLES em substituição ao Deputado JARVIS GAIDZINSKI na vaga de titular, para integrar a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 543, de 30 de junho de 1994 (reedição da MP nº 517/94), que "dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

Atenciosamente. – Deputado **Basílio Villani**, Vice-Líder do PPR.

OF/GAB/Nº 427

Brasília, 6 de julho de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados LUIZ ROBERTO PONTE e PEDRO NOVAIS para integrar, respectivamente, na qualidade de titular e suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 543, de 30 de junho de 1994, em minha substituição e do Deputado GERMANO RIGOTTO.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Serão feitas as substituições solicitadas.

A Presidência dispensa, na presente sessão, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

A Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se hoje, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de medidas provisórias.

Solicito aos Srs. Senadores que estejam no plenário da Câmara às 19h, para tentarmos apreciar matérias relacionadas às medidas provisórias.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo, como Líder do PTB.

O SR. JOSÉ EDUARDO (PTB – PR. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, fala-se muito mal do Congresso brasileiro. Fala-se tanto e tão mal que é possível até afirmar-se estar na moda maldizer o Poder Legislativo. Devemos deixar claro, logo de início, que é muito bom haver Congresso, e melhor ainda que ninguém se dê mal por mal dele falar, pois, sem Poder Legislativo legítima e soberanamente escolhido pelo povo, não se pode falar em democracia, que é o único caminho para a modernidade.

É preciso ponderar um pouco a situação, antes de julgá-la. Ao estilo de Diógenes, convém acender a vela, em vez de se queixar da escuridão, pois a experiência tem mostrado que, muitas vezes, a moda de lamentar a má qualidade do Poder Legislativo pode acabar com ele, e não melhorá-lo, o que seria desejável.

Um democrata que se preze deve aceitar, sem queixas, as reclamações que a sociedade faz de sua atuação, mesmo quando tais reclamações são exageradas. É muito natural que o eleitor – na verdade, o patrão de todos nós neste Parlamento – manifeste, das formas mais diversas e até mais veementes, seu descontentamento.

O perigo é deixar que essa insatisfação com os políticos se transforme em desilusão com a atividade política, que possa, assim, levar à inevitável e indesejável decepção com a democracia, colocando-a em risco ou sendo até capaz de destruí-la. Para evitar esse tipo de consequência trágica, é dever de todos os democratas, no Congresso ou fora dele, tentar compreender as causas de tantos questionamentos e desacertos.

Por isso, proponho-me aqui a responder à pergunta: será mesmo o Congresso Nacional inoperante, como garantem os críticos mais áspersos?

Os militares, por exemplo, têm reclamado muito dos Parlamentares. Esquecem-se, por certo, de que todos os brasileiros são vítimas dos maus costumes do regime no qual eles mesmos exerceram o poder de arbítrio, nesta República. Se o Congresso preza o casuísmo – e nisso os críticos podem ter alguma razão –, onde encontrar as origens de tal vício, senão nos hábitos de caserna tornados lei do mais forte, durante o regime de exceção de 1964?

A natureza discricionária do regime acabou com os laços de solidariedade que sobreviviam no Brasil, antes dele. No regime do decreto-lei, no período militar, o mais forte comandava e o mais fraco executava. Na democracia da Constituição de 1988, sob a égide das medidas provisórias, manda o Governo, com o aplauso

ora de uns, ora de outros. O Congresso, vítima dos desentendimentos nacionais, com a agenda sobrecarregada, sem acordo, sem consenso, deixa de votar. Ou então, o que é mais comum, vota mais do que deveria, errando, também, mais do que seria lícito errar.

Até porque as demandas da sociedade, acumuladas ao longo dos últimos decênios e acrescentadas às novas, ainda estão por ser atendidas, e é justo que as soluções sejam cobradas do Congresso. Concorro com o sociólogo Sérgio Abranches, em entrevista à revista *Veja*, que atribuiu a crise de governabilidade à sobrecarga de nossa agenda política. Ele definiu muito bem nosso atual impasse, ao dizer:

"Nessas horas, os interesses se dividem, ninguém tem poder para impor a realização de suas prioridades, mas tem força para bloquear a concretização das prioridades alheias. Com essa agenda, a política brasileira marcha para uma ruptura. Não tem escapatória.

Precisamos escapar da ruptura, mas não podemos fugir dos confrontos, muitos dos quais inevitavelmente estéreis."

Fruto desse impasse e dos confrontos estéreis dele resultantes, a Constituição, na verdade, muito mais madrastra do que cidadã, estabelece um quadro de fragmentação partidária e, entre os partidos minúsculos, uma competição desigual, feroz e nociva ao bem-estar comum. Tal divisão torna o trabalho do Congresso Nacional mais árduo e menos reconhecido, mais penoso e menos produtivo. À falta de um mínimo de coalizão pode ser atribuído, para dar o exemplo mais recente, o malogro da Revisão Constitucional.

Por que o Congresso Nacional não logrou revisar a Carta Magna, atendendo ao clamor da sociedade, que está a exigir uma adaptação de seus dispositivos aos novos tempos de abertura mundial?

Em primeiro lugar, é preciso considerar o equívoco de atribuir ao texto constitucional a culpa por todos os males, sendo o principal dos quais a ingovernabilidade. A verdade é que grande parte da Constituição da República não é sequer cumprida, não sendo, portanto, lógico culpá-la. E o primeiro motivo do malogro da Revisão foi o fato de ninguém ser capaz, de sã consciência, de diagnosticar qual seria o grande problema da mesma. Eu, particularmente, acredito que o problema fundamental do País é muito mais de gerência do que de ordem jurídica.

Outras razões importantes para tal fiasco podem ter sido, de um lado, a falta de um consenso mínimo a respeito da vontade política majoritária na sociedade e, de outro, a ausência de lideranças nacionais capazes de compensar os defeitos institucionais com seu próprio carisma. Nem sempre, contudo, o carisma é uma qualidade, principalmente na democracia. E, no quadro atual, a ausência de lideranças carismáticas neste Poder Legislativo pode significar – como, aliás, a meu ver, significa – uma grande oportunidade para o Congresso cumprir seu dever como instituição.

Na verdade, a revisão dos dispositivos constitucionais para adaptá-los à nova realidade continua mobilizando a sociedade brasileira, pois há consenso pelo menos num ponto: o de que a Constituição vigente é um obstáculo importante para o crescimento auto-sustentado da economia. Pois, como todos sabem, a Carta Magna foi outorgada em outubro de 1988, ou seja, às vésperas da queda do Muro de Berlim. E o mundo, hoje, depois da dissolução do império soviético e da formação dos blocos regionais – como a Comunidade Econômica Européia, o Nafta e o nosso Mercosul –, exige uma preparação adequada para qualquer país participar da Terceira Revolução Industrial, dentro dos critérios do Novo Paradigma.

Muitos têm sido os brasileiros que se lembram de algumas senhas para acesso a este novo universo da alta tecnologia, ameaça

para o emprego dos trabalhadores. Fala-se muito em competitividade. Realmente, quem não tiver produtos a baixo custo a oferecer na guerra das prateleiras, travada no mundo de hoje, já entra na disputa com uma desvantagem de difícil superação. Outra palavra-chave nas discussões sobre produção e consumo em nossos tempos é qualidade. De fato, o mau produto não tem vez em prateleira alguma, por mais modesto que possa ser o comprador. Sabe-se também que não obtém competitividade a sociedade que não se desenvolver do ponto de vista da ciência e da tecnologia. E também é sabido que a base para o desenvolvimento científico e tecnológico continua sendo a educação. A melhoria da qualidade da instrução, principalmente a formação profissionalizante, é o primeiro objetivo a ser perseguido por qualquer administrador público competente e de bom senso. Até porque o principal produto de uma sociedade competitiva, no mundo contemporâneo, é a habilidade de seus agentes produtivos. Sem ela, não se pode falar no binômio qualidade e competitividade.

No entanto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, subo a esta insigne tribuna, com a responsabilidade e a honra que me foram conferidas por mais de um milhão de eleitores de meu Estado natal do Paraná, para acrescentar à discussão em torno de fatores econômicos um outro, capaz de afetar na posição de qualquer país na guerra das prateleiras – e este não é econômico: refiro-me ao fator político e, mais especificamente, meus nobres Pares, a uma palavra que tem sido muito celebrada, mas pouco praticada: a liberdade. Peço-lhes a graça da vênica e da paciência para me estender também sobre o nobre conceito da cidadania.

Se é verdade que qualidade e competitividade são senhas de acesso à prosperidade e a educação se constitui na prioridade de qualquer administração pública séria, não é menos verdadeiro o fato de que o novo mundo que se descortina à nossa frente não seria o mesmo sem a democracia como regime político adotado pelas sociedades que queiram prosperar sem descuidar da justa distribuição da renda.

Hoje, a estabilidade política é um fator de produção da mesma importância da competitividade e da qualidade, pois dela depende a estabilidade econômica. E, como serve de matriz geradora para a estabilidade jurídica, é também um processo de adaptação ao novo mundo com o mesmo peso exercido pela educação. Talvez não seja exagerado garantir-lhes que a participação popular nas decisões políticas importantes, numa democracia, possa até vir a ser mais importante do que os fatores meramente econômicos citados.

Como aqui venho falando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, do primado da liberdade sobre a produção, gostaria de insistir no fato de ser a estabilidade política um passo indispensável para se alcançar a estabilidade econômica. Lutar pela estabilidade jurídica, ou seja, contra o reformismo afobado e o excesso de normas legais, que só enfraquecem o Império da Lei, como deve ser qualquer democracia, é dever nosso, até porque nossa jornada rumo à justa prosperidade passa pelo respeito à estrutura jurídica estabelecida.

O Brasil não pode parar de crescer. Crescimento econômico depende de investimento. Investimento só se faz com clima adequado. Clima de investimento somente se conquista com confiança do investidor de que o ambiente econômico não seja inóspito para seu investimento. Dinheiro só se reproduz nos lugares nos quais é bem tratado. Isso ocorre quando há estabilidade política, ou seja, a certeza de que as regras do jogo não vão mais ser mudadas. Um dos maiores obstáculos aos investimentos estrangeiros no Brasil é justamente a incerteza sobre nosso sistema político. Por isso mesmo precisamos de estabilidade, urgente!

E, se é verdade que a democracia é uma condição necessá-

ria para a prosperidade obtida com uma justa distribuição de renda, no mundo contemporâneo, o papel deste Congresso Nacional ganha extraordinária relevância a cada dia que passa. Cabe ao Parlamento, na atual conjuntura, garantir o exercício da soberania política popular pelo mecanismo da representação partidária.

O Sr. Marco Maciel – Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO – Pois não, Senador Marco Maciel. Com prazer ouço seu aparte.

O Sr. Marco Maciel – Nobre Senador José Eduardo, V. Exª discute hoje um problema que, a meu ver, é básico para o País: a questão institucional. Em última análise, o que certamente V. Exª quer dizer – e com o que concordo integralmente – é que a crise brasileira é, em sua raiz, política. Ou seja, não podemos pensar num processo ordenado, homogêneo, orgânico de desenvolvimento enquanto não desatarmos o nó político-institucional. Aliás, essa opinião, perfilho-a há muito tempo e, inclusive por ocasião da Revisão Constitucional, defendi a tese de que deveríamos eleger como grande prioridade resolver a questão institucional brasileira. Enquanto não tivermos instituições modernas, adequadas ao nosso País, não poderemos ter, conseqüentemente, a solução dos grandes problemas sociais e econômicos que nos desafiam. Então, não adianta tentarmos bater nos efeitos sem ir às causas, sem perquirir as razões das nossas dificuldades. Por isso, considero fundamental – e ainda não pude ouvir as conclusões do discurso de V. Exª, mas aqui permanecerei para continuar a ouvi-lo –, que discutamos neste Congresso a questão institucional. Já que perdemos uma oportunidade excepcionalmente positiva de fazermos a Revisão Constitucional, não podemos deixar de tentar, no próximo ano, no início da próxima legislatura, fazer uma reforma constitucional que deslinde essa questão. Diria até que isso passa por uma série de providências, entre as quais a que eu chamaria de refundar a República. No início do século, durante muito tempo, muita gente disse, sobretudo os republicanos que estavam frustrados com os rumos que a República tomava, que era necessário refundar a República. Eu volto a insistir: penso que é fundamental refundarmos a República, e isso passa pelo conceito de cidadania. Em segundo lugar, temos que discutir a questão federativa, ou seja, fortalecer o federalismo brasileiro. Temos um federalismo formal, legal, mas não temos um federalismo real, concreto. Os Estados possuem a chamada igualdade jurídica, mas não há uma adequada distribuição de rendas. Precisamos melhor definir o sistema de governo que praticamos, já que a sociedade, mais uma vez, confirmou o Presidencialismo. Precisamos fazer um verdadeiro Presidencialismo em nosso País. Precisamos olhar, dentro do sistema político, os subsistemas eleitoral e partidário. Com relação ao sistema partidário, defendo que não devemos apenas fortalecer os partidos políticos, mas também estabelecer cláusulas mínimas de desempenho, para que os partidos possam estar representados no Congresso Nacional e, sob o ponto de vista eleitoral, tenho impressão que precisamos também rediscutir o sistema proporcional puro que praticamos. Em todo o mundo, exceto, se não estou equivocado, a Islândia e um modelo que não é exatamente igual ao nosso, a Finlândia, nenhum outro país do mundo pratica o sistema proporcional puro como fazemos. Temos que pensar, então, em algo semelhante ao sistema misto que hoje está sendo o modelo adotado nos principais países do mundo, ou seja, uma combinação do sistema majoritário com o sistema proporcional; e o melhor exemplo que poderia brandir em defesa de minha tese é o modelo alemão. O alemão combina os dois sistemas: o sistema majoritário – que, aqui, equivocadamente, chamamos de sistema distrital; toda eleição é distrital, portanto, não há um sistema eleitoral distrital – com o sistema proporcional. Devemos, então, combinar o sistema majoritário com o sistema proporcional. É um sistema misto que está dando certo em vários

países do mundo e que agora outras sociedades o estão adotando. Exemplos: a recente reforma na legislação japonesa, na própria legislação italiana, de alguma forma na legislação espanhola etc. De maneira que essas reformas são fundamentais para que tenhamos uma democracia hígida, com saúde, uma democracia que nos permita enfrentar e vencer as questões sociais e econômicas. Enquanto não resolvermos essas questões, não teremos processos conseqüentes de desenvolvimento. V. Exª, em certa parte do seu discurso, com propriedade, disse que para o investidor estrangeiro e também para o nacional fazerem uma aplicação terão que confiar no sistema que está sendo praticado. Esse sistema precisa de transparência, estabilidade e tem que ser um sistema político confiável. Saúdo o discurso que V. Exª faz como um depoimento importante. Creio que devemos começar a discutir essa questão, a fim de nos prepararmos para uma grande reforma constitucional que teremos que fazer no próximo ano. Confesso que acho que o futuro Presidente da República – sei que V. Exª preside um dos partidos que é coligado ao PSDB e ao PFL –, que eu torço seja o Senador Fernando Henrique Cardoso – pois estamos trabalhando para que S. Exª vença as eleições deste ano –, ao tomar posse, não terá outro caminho a não ser propor uma ampla reforma constitucional; do contrário, ele não terá as mínimas condições de governabilidade. Aí está a questão que V. Exª fere nesta tarde: a crise brasileira é uma crise institucional. Se não modernizarmos as nossas instituições fazendo uma reforma constitucional, o futuro Presidente da República não terá condições de governar o País e vamos ver prolongada a crise que estamos vivendo hoje. Daí por que creio que o Congresso, já nesta Legislatura, tem que começar a discutir a questão para, quem sabe, logo após a posse do futuro Presidente da República, que ocorrerá logo no primeiro dia do ano vindouro, tratarmos de fazer uma ampla reforma constitucional que desate os nós da nossa crise política. Desatados esses nós e resolvidas essas questões, certamente voltaremos a crescer e a ter a estabilidade política indispensável para que se tenha um processo correto e justo de desenvolvimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Agradeço pelo aparte de V. Exª, que vem enriquecer meu pronunciamento, com o qual concordo plenamente. A nossa idéia é justamente levantar um tema por demais complexo, profundo, e com raízes em um passado distante. Muito se faz no Brasil para se combater os efeitos de certos problemas, mas nada se faz para combater as causas; estas se perpetuam. E tenho receio de chegarmos no próximo Governo, promovermos novamente reformas de maneira atabalhoada, que, doze meses depois, já se mostrarão insuficientes e incapazes de resolver os problemas nacionais. Há mais de dez anos fazemos profundas reformas legais no País, e a situação está cada vez pior. Este discurso é a manifestação da nossa preocupação; desejamos uma discussão mais ampla e mais profunda para estabelecermos uma reforma duradoura.

O Sr. João Rocha – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO – Pois não, Senador João Rocha, com muito prazer vamos ouvi-lo.

O Sr. João Rocha – Ouvi com muita atenção a colocação do Senador Marco Maciel e, também, entendo que a nossa crise é política. A Constituição dos Estados Unidos, se não me falha a memória, tem 21 artigos. O nosso País não precisa, neste momento, de leis, pois acredito que temos leis em demasia. V. Exª em um pronunciamento, não recordei quando, colocou que o País não precisava de uma reforma constitucional. Creio que o País precisa de reforma de valores, de prioridades, porque leis estamos fazendo todos os dias. Discordo do Senador Marco Maciel quando S. Exª fala que o Executivo não tem os poderes necessários para governar; penso que o Poder Executivo tem todos os poderes. Estou

nesta Casa há três anos. Nesse período, praticamente tudo o que o Governo pediu ao Congresso Nacional para viabilizar a República foi feito. O Governo pediu o Fundo de Emergência Social. Demos o Fundo de Emergência. Um mês depois, o Governo colocou que, além desse Fundo Social de Emergência, ele precisava também de uma Lei Antitruste. Demos ao Executivo a Lei Antitruste. Sou advogado, não sou jurista, mas penso que precisamos de pouco para viabilizar o País em termos de lei escrita, porque – repito – temos leis demais. A maioria do povo fala que “tem lei que pega e lei que não pega”. Neste momento, o País precisa de credibilidade, de sinceridade. Conheço V. Exª, acompanho o seu trabalho. Antes de ser político, V. Exª é um empresário bem sucedido, transparente. Ontem, fiquei entusiasmado ao ouvir V. Exª, como banqueiro e Colega nosso, dizer que não entendia como o Governo, neste momento de implantação da estabilidade na economia – não sei se vou repetir as suas verdadeiras palavras –, com uma inflação praticamente zero, estava praticando um juro mensal real de 8%. Sei que essa colocação de V. Exª foi de coração, de espírito de brasilidade, de cidadania, porque não foi a primeira vez que V. Exª se posicionou contra o excesso das taxas de juro praticadas em nosso País, mesmo no regime inflacionário. Há mais de dez anos que a política monetarista, que o “economês” não dá certo no País porque pende para o comodismo, para as definições entre quatro paredes, enquanto o País está precisando de definição para uma sociedade de 150 milhões de brasileiros. Fiquei estarecido, realmente chocado, quando ouvi, ontem, o Governo dizer que estava captando recursos a 8% ao mês. Eu me aprofundi mais nessa questão e verifiquei que este Governo deve e rola uma dívida de mais de 150 bilhões de dólares. Se o Governo está rolando 150 bilhões de dólares, se ele vislumbra 8% ao mês, vai gerar o quê? Vai gerar um País de improdutivos, de inoperantes, de especuladores, e o Governo vai manter essa mesma ciranda financeira que está aí, porque observamos que todas as vezes que o Governo praticou juros altos quem pagou foi o caixa do Tesouro, e este caixa continua pagando hoje. O Governo vai crescendo a sua dívida nominal, com isso vai deixando de atender o social; vai sacrificando, a cada dia, os mais necessitados e miseráveis do nosso País. Como é que um empresário vai investir em um país onde, sem trabalhar, ele pode pegar o seu capital e ter uma remuneração de 100% ao ano? Vejamos exemplos de países do Primeiro Mundo: Estados Unidos, países da Europa, com uma inflação de 5%, 6% ao ano, geram juros de 8%, 10% ao ano. Então, tenho que viabilizar meu negócio tendo um sistema financeiro, tendo uma atividade financeira como parceira. E aqui em nosso País, no primeiro momento o Governo falou: não produza, não coma, transforme todo o dinheiro em papel. Não precisa comer! Então, se eu não vou comer, não vou gerar consumo; se não estou gerando consumo, não estou incentivando a produção. Afinal, produzir para quem se o Governo diz para não comer? O Governo diz que é para pôr o dinheiro no banco a 2%, que o Governo remunera 8%. Mas esse dinheiro está saindo do seu caixa, porque a fonte de recurso do Tesouro é o caixa do cidadão, é o imposto gerado. O caixa do Governo é gerado na arrecadação de impostos. Eu condeno essa política, estou sentindo que é a mesma política monetarista que vislumbrei há dez anos e que vai, mais uma vez, reduzir a capacidade de consumo e o incentivo à produção, mantendo os preços altos. Li no jornal, ontem – e fiquei estarecido –, que o Governo quer que sejam mantidos os preços altos; vai tirar o IPI para dar mais ganho, vai tirar o ICMS dos oligopólios e dos monopólios. Como vi no balanço financeiro de 1993 do Governo, o BNDES só emprestou dinheiro para quem não precisava; o pobre nunca teve dinheiro para empréstimo. O BNDES sempre foi a UTI, só deu dinheiro para uma minoria, para uma casta privilegiada, para os monopólios e oligopólios. A socie-

dade que quer produzir, o micro, o pequeno e o médio empresários não têm espaço, não têm crédito. Assim, este País não vai para a frente. Admiro V. Exª como empresário, como banqueiro e quero elogiá-lo neste momento. O País só cresce gerando consumo, e a forma de gerar o consumo é a produção, que, para gerar o consumo, tem que gerar salário, tem que gerar poder de aquisição. Obrigado pelo aparte, nobre Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Muito obrigado, nobre Senador. O que pretendo dizer, gastando algumas laudas de papel, é justamente que o problema econômico que o Brasil atravessa é consequência da precariedade da nossa legislação, que muda com muita frequência. O papel desta Casa seria o de garantir a estabilidade da ordem legal e institucional. Se algum pecado nós temos, é justamente o de deixar de cumprir com este papel maior que a representação política nos concede, ou seja, garantir a instabilidade jurídico-institucional do País. Acho que não temos feito isso. Estamos sujeitos a injunções políticas conjunturais, aderindo sistematicamente a toda e qualquer proposta, todas elas fundamentadas em razões da maior importância, tentando cada uma delas resolver o problema de forma imediata, mas cujas consequências são um legado de uma situação cada vez pior. Os problemas da questão econômica não são consequência dos erros de ordem econômica, mas dos erros de ordem política.

Sr. Presidente, a nossa tarefa prática é grande e complexa, mas nunca poderá ser considerada uma meta impossível. Ela se inicia justamente pelo processo de depuração, ao qual, justiça precisa ser feita, a Câmara dos Deputados e esta Casa, o Senado da República, não se têm furtado. A representação popular precisa ser limpa e transparente, e os processos abertos e levados a cabo no interior deste Congresso, por mais dolorosos que possam ser, demonstraram que, apesar dos pesares institucionais, o Poder Legislativo tem em conta, acima de qualquer veleidade corporativa, sua função de serviço da sociedade, à qual se prende pelo vínculo indissolúvel do voto, manifestação de maioria da cidadania.

Não basta, contudo, ao Congresso ser e parecer honesto, como foi cobrado da mulher de César. O Poder Legislativo tem o dever primordial de representar a sociedade e, para tanto, precisa refletir sua face verdadeira, seja ela qual for, e só expressar aquilo que for de sua vontade, manifestada de forma majoritária, sem, no entanto, deixar desprotegidas as minorias. Infelizmente, mantido o sistema eleitoral com o voto proporcional obrigatório e de legenda e as distorções matemáticas nas dimensões das bancadas dos Estados na Câmara dos Deputados, não se pode falar numa prática de “um cidadão, um voto” em nosso País.

Cabe-nos, portanto, a responsabilidade pela correção de tal desvio. Se a distorção matemática nas bancadas impede o reflexo imediato da vontade política do eleitorado no trabalho cotidiano das Casas de leis, aos legisladores responsáveis jamais poderá faltar o dever de fazer prevalecer a vontade do povo dentro destas mesmas Casas, que são do povo, mesmo que, muitas vezes, tal vontade possa contrariar interesses pessoais, grupais ou partidários de Parlamentares. Ou ainda, o que é mais comum de suceder, do Poder Executivo, entendido como uma corporação.

Não se trata de alguma novidade para meus nobres Pares nesta Casa o fato de aqui se trabalhar muito e sob excessiva pressão, não tanto da opinião pública, mas muito mais dos outros Poderes. As estatísticas comprovam que os governos federais têm usado o artifício de manter o Parlamento sob controle, exigindo dele reações semelhantes à saliva dos cães treinados por Pavlov – o pai da Teoria dos Reflexos Condicionados. Mas, numa democracia moderna, não se pode admitir a redução do nobre papel do legislador a uma reação reflexa à vontade dos governantes de plan-tão, mesmo tendo sido estes também escolhidos pelo voto popular.

Também não é novidade para nenhum nobre membro desta Casa, mas ainda assim faço questão de registrar, o fato de a última Medida Provisória encaminhada ao Congresso Nacional ter recebido o número 529. Ou seja, a Constituição foi outorgada há 68 meses e os três Governos federais, desde então – sob o comando de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco –, foram coerentes pelo menos num ponto: o encaminhamento excessivo desse entulho autoritário, a uma média de quase oito por mês, ou seja, duas por semana, sem contar férias e recessos.

O Sr. Marco Maciel – Senador José Eduardo, concede-me V. Exª um outro aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Marco Maciel – Senador José Eduardo, no momento em que V. Exª faz o discurso, já temos mais de 545 medidas provisórias editadas. De sexta-feira até hoje, algumas foram reeditadas e, ontem, duas novas foram editadas. Certamente, tal é a velocidade das medidas provisórias que entre a preparação do discurso de V. Exª e o tempo em que veio aqui pronunciá-lo, já se alterou o quadro. Posso afirmar isso, porque, se não estou equivocado, a Medida Provisória do Real tem o número 542. Ontem, foram baixadas três: uma reedição e duas medidas novas – e muitas e muitas outras serão editadas ou reeditadas até o final do mês. Estou apenas dizendo isso para reforçar a tese que V. Exª está aqui produzindo.

O Sr. Cid Saboia de Carvalho – E, como pretendemos apartear-lo, é bem capaz de chegar a seiscentas.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Exato.

O Sr. Cid Saboia de Carvalho – O Senador Ney Maranhão e eu estamos aqui a postos para apartear V. Exª. Por certo, crescerá o número de medidas provisórias.

O SR. JOSÉ EDUARDO – E a medida provisória é um instrumento para ser usado em profundas crises, revestidas de caráter de urgência.

O Sr. Marco Maciel – Em caráter de urgência e relevância. Esses são os pressupostos para que se edite uma medida provisória.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Esse é justamente o exemplo da situação da precariedade de nossa legislação.

O ex-Presidente José Sarney encaminhou 148 medidas provisórias, num mandato de cinco anos; Fernando Collor, 157 e o atual Governo, 226. O abuso no recurso à medida provisória obriga o Congresso a usar a cabeça apenas para aprovar ou recusar as propostas do Executivo, praticamente sem possibilidade alguma de discutí-las. Só para apreciar as medidas provisórias, foram constituídas 75 comissões mistas, em 1993.

A grande questão é saber quem foi beneficiado com as 529 medidas provisórias enviadas até agora pelo Governo ao Congresso Nacional. Terá sido o povo brasileiro seu maior beneficiário? Todos nós aqui sabemos que não é bem assim. Nenhuma dessas medidas provisórias melhorou a situação do emprego e do salário do trabalhador nem reduziu impostos ou serviu para baixar os juros. Muito antes pelo contrário. Até por isso mesmo, está na hora de jogar esse entulho autoritário no lixo da História.

E também pergunto aos nobres Pares: quem foi que disse que estamos aqui apenas para balançar a cabeça, aceitando ou negando as vontades dos governos federais, por melhores, mais honestos e mais bem intencionados que estes sejam? Há muito tempo, Montesquieu já deixou resolvida esta questão, ao criar o sistema tripartite de poder em qualquer regime político classificado de democrático. Tal regime estabelece que o Parlamento, eleito pelo povo, elabora as leis, a União as executa e os juízes julgam se a execução é, ou não, correta à luz da Constituição vigente.

Uma das críticas mais comuns ao Congresso é aquela segundo a qual este Parlamento atrapalha o desenvolvimento nacio-

nal, por não votar leis. Os fatos desmentem tal afirmação. Pois, no ano passado, o Congresso discutiu e votou 1.003 normas legais, ou seja, 225 leis, sete leis complementares, 29 decretos legislativos, duas emendas à Constituição, 150 resoluções do Senado Federal, duas resoluções do Congresso Nacional, uma resolução da Revisão Constitucional, quatro atos convocatórios e um aditamento a ato convocatório.

Seis Comissões Parlamentares de Inquérito funcionaram com acompanhamento detalhado de toda a Nação, numa rara e apreciada demonstração de transparência e tolerância do Poder Legislativo. No mesmo período de 1993, foram votados ainda 93 vetos presidenciais.

Somente no primeiro semestre deste ano, votaram-se 114 normas legais, das quais 43 leis, três leis complementares, 23 decretos legislativos, seis emendas revisionais, uma resolução do Congresso e 38 resoluções do Senado. É, no mínimo, leviano, então, dizer que nada se faz aqui.

Em vista de tais estatísticas, que só podem surpreender as pessoas que não conheçam a atividade congressional, creio fazer parte de minhas obrigações de representante do povo de uma Unidade da Federação a tarefa de lutar contra a febre legiferante do Poder Executivo. Pois o Poder Legislativo precisa de tempo para, pelo menos, cumprir seu papel de refletir a vontade política nacional e fiscalizar os atos administrativos do outro Poder. Da mesma forma, o Congresso não se pode deixar sobrecarregar com a votação excessiva de normas legais apenas para mostrar à sociedade que trabalha, ao contrário do que dizem os críticos mais ferozes, que nos acusam de inoperância.

Sim, de fato, há leis demais no Brasil e muitas não são cumpridas, como deveriam ser, na defesa do mais fraco contra o mais forte. Cabe-nos garantir a estabilidade jurídica, lutando contra o reformismo permanente, que é uma das paixões comungadas, de um lado, por demagogos e, de outro, por burocratas autoritários, além de servir de instrumento para esconder a incompetência de alguns.

O Sr. Cid Saboia de Carvalho – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Cid Saboia de Carvalho – Faz V. Exª uma análise muito interessante; inclusive, repõe a verdade no seu devido leito, mostrando, através de sua análise, que o Governo muitas vezes critica o Poder Legislativo; a sociedade critica o Poder Legislativo; a imprensa, como um todo, critica a Câmara, o Senado e o Congresso Nacional, mas, com efeito, há um desconhecimento do que realmente aqui acontece. A crítica que V. Exª faz à utilização das medidas provisórias é o que há de mais certo no seu pronunciamento. Na verdade, há o abuso de aplicação do conceito de relevância e de urgência; um abuso que ofende a própria instituição da democracia na Nação brasileira, na nossa Pátria. A crítica de V. Exª é altamente procedente. Veja V. Exª que no seu discurso há críticas à Constituição. Com algumas não concordo; com outras, concordo. A crítica básica do seu discurso é aquela que se refere à instituição das medidas provisórias. Isso foi de uma infelicidade extrema; foi uma má inspiração da Assembléia Nacional Constituinte, inclusive, iludindo a vigilância da maioria dos participantes daquele notável Colegiado. O Senador Marco Maciel, no aparte que deu a V. Exª, falou numa reforma constitucional para o ano que vem. Quero dizer que não sou contra a reforma constitucional. Sou a favor de qualquer mudança na Constituição, se ela for estudada, democraticamente resolvida e, no mérito, o melhor para a sociedade brasileira. No entanto, terá sempre que ser feita através da emenda constitucional. Não sei por que essa recusa ao instrumento próprio, pois, para isso há a emenda constitucional que é o instrumento adequa-

tro Beni Veras, quando opõem novos dados aos ofertados pela SAF e pelo EMFA, o fazem no estrito cumprimento do seu dever e a partir de uma avaliação serena e objetiva do interesse público.

Como disse o Senador Mauro Benevides, estamos aqui no esforço concentrado e, é importante, como quer o Presidente Itamar Franco, que essa linguagem entre a SAF, o EMFA e o Ministério da Fazenda se ajuste, de modo que possamos votar, ainda nesta semana, esta matéria que é da maior importância para o País, para o equilíbrio das contas públicas, para o equilíbrio do Orçamento da União e para o equilíbrio fiscal desta Nação. Isso é fundamental.

O Presidente Itamar Franco tem consciência de que o aumento a ser concedido aos servidores públicos da União deve ocorrer a partir do mês de agosto, e não do mês de setembro. Se assim não fosse, estaríamos, mais uma vez, procrastinando a decisão de um assunto que é importante.

É necessário, como quer o Presidente Itamar Franco, que a próxima reunião – parece-me que Sua Excelência irá realizá-la amanhã – entre o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, a SAF e o EMFA possa ocorrer de maneira que setores diferentes do Governo tenham a mesma linguagem. O País precisa ver equacionada essa questão do salário dos servidores civis e dos soldados das Forças Armadas.

Apenas tenho uma pequena divergência: entendo que esta questão da remuneração das Forças Armadas não está envolvida com a discussão da isonomia. Nesta parte, entendo que o EMFA tem pecado, porque já deveria ter encaminhado ao Presidente Itamar Franco – e, conseqüentemente, Sua Excelência já a teria enviado ao Congresso Nacional, uma tabela própria que não partisse do pressuposto da isonomia. A Constituição não prevê isonomia para servidores civis e militares, e não poderia, porque mesmo a isonomia dentro dos variados escalões das Forças Armadas já se faria de maneira não muito clara, uma vez que as atividades não são assemelhadas e nem iguais.

O Sr. Mauro Benevides – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Líder?

O SR. ODACIR SOARES – Pois não, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides – Eu apenas quero recordar a V. Ex^a que, durante a nossa frustrada Revisão Constitucional, tentou-se exatamente desvincular, de uma vez por todas, a remuneração de militares e de servidores civis. Lamentavelmente os fatos político-legislativos impediram que se desse cumprimento a dispositivo transitório da Carta Magna, que era a Revisão Constitucional, que se restringiu praticamente a cinco emendas, além do famoso Fundo Social de Emergência. Se, já nessa ocasião, tivéssemos conseguido aprovar aquela emenda constitucional, não há dúvida de que tudo hoje seria muito mais fácil de se concretizar.

O SR. ODACIR SOARES – V. Ex^a tem razão.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, eu queria dizer que estamos aqui no Congresso, no Senado, neste esforço concentrado, aguardando essa reunião que o Presidente Itamar Franco pretende realizar amanhã entre o Ministro Canhim, o Ministro-Chefe do EMFA, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento. Tenho absoluta certeza de que o espírito público, o discernimento e a determinação do Presidente da República permitirão que, na reunião de amanhã, o Governo saia com uma proposta concreta em torno da questão do aumento salarial e também em torno da questão da isonomia. Nós precisamos ajustar a estrutura do serviço público à remuneração digna para todos os servidores dos Três Poderes da União.

Eram essas as colocações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Paulo Bisol, como Líder do PSB.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (PSB – RS. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, por estranho que pareça, dadas as circunstâncias, vim dizer aos meus companheiros do Senado que sou honesto. E gostaria de fazer uma síntese das acusações que me fazem, para que V. Ex^{as} sintam como o poder de destruição moral hoje é explorado, sem o mínimo pudor, pela imprensa brasileira, ressalvadas as honrosas exceções.

As denúncias da imprensa por si só são estranhas. Não respondendo a nenhum inquérito, a nenhuma investigação, a nenhuma denúncia oficial. Só respondo aqui a notícias de imprensa: "Como Deputado Estadual obtive empréstimo de 22 mil dólares em 1983, por meio do Fundo de Previdência Parlamentar da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, à taxa de 2,8% ao mês". A poupança, na época, remunerava à taxa de 11%, parece-me.

Sr. Presidente, o convênio da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul com a Caixa Econômica Estadual que fundamentava estes empréstimos foi referendado em parecer da Comissão de Finanças, na qual o membro mais ilustre era o hoje exemplar e honestíssimo Senador Pedro Simon.

Em segundo lugar, 130 ou mais Deputados da Assembléia Legislativa tiraram o empréstimo. Não foi só o fantástico Senador Bisol. Entre os que tiraram o empréstimo, para citar só dois ou três nomes, está o meu honrado companheiro de Bancada, Senador José Fogaça, está o candidato do PMDB ao Senado Federal, no Rio Grande do Sul, César Schirmer e está o candidato ao Senado Federal do PDT, além de outros Deputados que hoje são Deputados Federais. Então, são empréstimos que foram tirados por todos nós, porque o número dos que não tiraram é tão pequeno que se constitui a exceção que confirma a regra.

Mas isso não é importante. O importante é que há uma decisão do Superior Tribunal de Justiça que define duas coisas. A imprensa menos incorreta diz que é legal mas não é legítimo. Há coisa julgada, e nos Estados Unidos quem ofende a coisa julgada vai para a cadeia. Vejam em que país nós vivemos! A imprensa simplesmente omite a coisa julgada neste País, não responde por nada e é a moralista.

Essa coisa julgada não define apenas a legalidade dos empréstimos. O julgamento explicitamente demonstra que não houve nenhuma lesão ao Erário público! O julgamento – está escrito lá – demonstra que, na mesma época, a Caixa Econômica Federal, durante uma década, fez empréstimos baseados em convênios semelhantes com empresas privadas, o que significa que esse convênio não lesava o Erário público, tanto que beneficiava financeiras privadas. Quando se decidiu encerrar esse convênio, por decisão da maioria, dada a repercussão na imprensa, diversas instituições financeiras privadas se interessaram em mantê-lo, porque era lucrativo.

Então, o que quero afirmar aqui, categoricamente, olhos nos olhos dos covardes, é que desafio a imprensa nacional a provar que esse convênio produzia algum prejuízo à Nação brasileira e ao Erário público. Estou defendendo aqui outros covardes: a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que não teve a coragem de dizer isso em público; e meus companheiros de política que não tiveram a coragem de dizer que usaram também o convênio. A imprensa que diga à História por que escolheu isoladamente José Paulo Bisol.

Sr. Presidente, acabo de falar em coisa julgada. E é coisa julgada do ponto de vista jurídico, legal, e é coisa julgada do ponto

de vista moral. Não o Bisol, mas o convênio e a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Em matéria de empréstimo, Sr. Presidente, a revista *IstoÉ*, de uma forma muito sutil — e em outro discurso, que farei mais tarde, mostrarei como se falsifica na imprensa —, diz que contrai, através da AJURIS, um empréstimo no valor de 4.500 ORTNs para pagar em dez anos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Senado, eu não contrai esse empréstimo. Prestem bem atenção, para avaliarem onde vai a decência e a indecência da comunicação social.

Eu não contrai esse empréstimo. Ele nunca existiu. O que existiu foi um convênio da AJURIS — Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul — com a Caixa Econômica Estadual, autorizando esta espécie de empréstimo. E enquanto se decidia isso, as pessoas, os juizes, que achavam que precisavam desse empréstimo, fizeram uma relação para sorteio posterior. E isso é verdade. E a verdade tem de ser dita: eu assinei.

Mas repito: eu não contrai esse empréstimo. Jornalista decente, ouça bem: eu não tenho esse empréstimo na minha história patrimonial; busque a prova, negue a minha palavra.

Sr. Presidente, entre as denúncias, consta que o Senador José Paulo Bisol obteve empréstimo subsidiado do Banco do Brasil para a fazenda de Buritis. Eu nunca obtive empréstimos subsidiados para a fazenda de Buritis, ou não sei o que é subsidiado. Os empréstimos que fiz para a fazenda de Buritis foram objeto de uma devassa, de uma auditoria requerida por mim mesmo, para que o banco dissesse duas coisas fundamentais: primeiro, se algum dos meus empréstimos tinha cláusula não uniforme, porque a Constituição me proíbe de contrair empréstimos com cláusula não uniforme; segundo, se algum dos meus empréstimos era diferente dos empréstimos dos demais mutuários rurais.

O Banco do Brasil entregou-me a relação de todos os empréstimos — são empréstimos rurais — a mim concedidos. Nenhum foi omitido, porque eu não o permitiria. Não tenho medo de nada do que fiz. Se não fiz todas as coisas certas na vida, respondo pelas erradas, mas não quero escondê-las.

Feita a devassa, a auditoria, o presidente do Banco do Brasil assinou o documento, que me foi entregue, dizendo que todos os empréstimos são de cláusula uniforme e que são empréstimos comuns. Oitenta e cinco por cento dos mutuários não pagam o Banco do Brasil; estão em inadimplência. Quinze por cento estão em adimplência, estão com os pagamentos em dia, e eu estou entre os 15%.

Que República é essa, em que o Superior Tribunal de Justiça julga um processo e conclui que aquilo é legal, porque está conforme a lei tal, e, conforme os cálculos tais e tais, não é lesivo aos cofres públicos, e isto não significa nada para a imprensa nacional? Que República é essa em que a declaração feita pelo presidente do Banco do Brasil, depois da auditoria que pedi, afirmando que não há nenhuma cláusula não-uniforme e que os empréstimos a mim concedidos são habituais, é posta em dúvida?

A imprensa, ao duvidar do Senador José Paulo Bisol, põe em dúvida o Superior Tribunal de Justiça, e isso é grave. Ela põe em dúvida também o presidente do Banco do Brasil e sua diretoria. Vão todos os corruptos para o inferno e para a cadeia, porque é preciso pôr os corruptos na cadeia, mas não façam essa ignóbil e vil corrupção. Para se falar mal do empréstimo do Bisol, tem-se de falar mal da direção do Banco do Brasil e dos auditores que fizeram a devassa. Vamos pôr isso em dia, vamos clarear a verdade! Para se falar mal do Bisol, nesse caso, tem-se de falar mal do Superior Tribunal de Justiça. Assumam isso! Quem são vocês? Que espécie de gente são vocês? Que espécie de consciência vocês têm? Vocês pensam que todo mundo lhes tem medo?

A imprensa disse que fiz dezesseis empréstimos. Meu Deus do céu! Todas as operações estão mencionadas no documento que entreguei à imprensa, mas ela não explica que, se você planta arroz, você tira um custeio para a plantação de arroz; e se você planta, ao mesmo tempo, feijão ou soja, você tira outro empréstimo para custeio dessa lavoura. Quer dizer, não explica que isso é o que acontece com todos os agricultores que não são monocultores e não explica o que é custeio, isto é, que, feita a colheita, o empréstimo é pago. Não é sequer um empréstimo: é política agrícola, é custeio. Claro que existem operações de investimento, mas, até agora, pelo que sei, não levantaram qualquer dúvida sobre isso. Se levantarem, veremos se é verdade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a mais repugnante das explorações é a de uma pessoa inteligente que se aproveita da ignorância dos outros, e a imprensa brasileira, ressaltadas as exceções, não tem vergonha de fazer isso. Ela chegou a dizer — e o ridículo adquire verdade, na base daquele princípio tão estudado pela epistemologia de que a mentira é mais parecida com a verdade do que a própria verdade — que me aposentei com 7 meses de trabalho na Justiça. Poucos sabem o significado da palavra "desembargador". Penso que alguns jornalistas também ignoram o que ela significa. Quando se fala em desembargador, as pessoas pobres e mal-informadas pensam em um porto, em algum descarregador de navio. Alguns jornalistas também não sabem o que significa essa palavra, por isso, vou esclarecer: desembargador é a última etapa na carreira de juiz. Os Senadores sabem disso. Então, se eu tiver o tempo de serviço exigido para aposentadoria, posso ser nomeado desembargador, assumir e aposentar-me no dia seguinte. Por quê? Porque trabalhei como juiz o tempo necessário. A lei exige que o juiz trabalhe trinta anos. Tenho trinta anos de serviço, ou melhor, trinta anos e poucos meses. Trabalhei sete meses como desembargador, mas não me aposentei, porque durante sete meses exerci a função de desembargador; aposentei-me porque já havia trabalhado trinta anos.

Onde está a decência, meu Deus do céu?! Onde está a irregularidade, meu Deus do céu?! Onde está a ilegalidade?!

Não precisaria dizer o que vou dizer agora: quando me aposentei, não era meu projeto fazê-lo, porque a minha vocação é ser juiz. Queria continuar como juiz. Mas naquele ano, em abril, saiu o pacote Geisel, que criou o "Conselho Federal" para controlar os juizes. Na época, dei entrevistas, dizendo que não permaneceria como juiz se esse Conselho continuasse, porque não concebo magistratura sem autonomia. E essa foi a razão pela qual saí antes do tempo que havia previsto; mas saí com o tempo de serviço necessário. Não roubei um mês de trabalho, um dia, um minuto! Saí com mais de 30 anos de serviço, conforme a lei exigia. E a *Globo* colocou: "O Senador José Paulo Bisol se aposentou com sete meses de desembargador", para uma população que não sabe o que é desembargador. Existe baixaza semelhante?

Hoje, é um deputado federal que se supõe com cultura política quem escreve um artigo no qual diz que me aposentei com sete meses. A população brasileira está achando que José Paulo Bisol trabalhou sete meses no serviço público e se aposentou. Quem é o canalha nisso tudo? Quem é o torpe? Quem é o vil? Quem é o imoral?

"Nomeou parentes durante seu mandato na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul". Fantástico é que, às vezes, até companheiros nossos se deixam levar por essas coisas. Sabem V. Ex's que há uma lei da Dialética que pode não ser uma lei definitivamente certa, correta, nem comprovada pela experiência, mas alguns fatos lhe dão força. Trata-se de uma lei antiquíssima que aprendi quando ainda era adolescente e tateava em Filosofia: a lei segundo a qual a quantidade, se for massiva e persistente, transfor-

do para a reforma constitucional. A reforma se faz ordinariamente pela emenda, excepcionalmente pela Revisão. A Revisão Constitucional não teve vez, porque ela não tinha o embasamento constitucional devido. Quero louvar o pronunciamento de V. Ex^a, que é dos mais interessantes. Sempre que V. Ex^a comparece à tribuna do Senado ilustra-nos com os seus conceitos de um homem prático e de grande visão social. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Agradeço o aparte de V. Ex^a que vem enriquecer o nosso pronunciamento.

É nosso dever de cidadãos e senadores combater a inflação, por sabermos que o salário do trabalhador precisa valer mais. O processo inflacionário é triplamente perverso: corrói o poder de compra do salário, concentra renda e ainda funciona como um imposto cruel, arrecadado sem necessidade de cobrança. Para completar o quadro desfavorável, a inflação funciona como um tipo de AIDS moral, ao desmoralizar o valor da moeda, corrompendo o caráter das pessoas.

O Sr. Ney Maranhão – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ney Maranhão – Senador José Eduardo, V. Ex^a é um homem que conhece muito bem o País; é um empresário vitorioso, porém, com uma qualidade muito importante: é formado na escola da vida, portanto, conhece o povo do interior, o que é agricultura, o que é a pecuária, o que é economia; V. Ex^a é um empresário que tem autoridade para falar nessa tribuna, porque conhece a fundo os problemas nacionais. Como costumamos dizer no Nordeste: "mata a cobra e mostra o pau". Nesta tarde, V. Ex^a traz à tribuna do Senado Federal um tema com o qual todos nós, brasileiros, políticos e classes dirigentes, estamos preocupados. No seu pronunciamento, V. Ex^a falou, com muita propriedade, a respeito dessas mais de quinhentas medidas provisórias, as quais redundaram num fracasso, sem contestação da Constituição atual, que já deveria ter sido modificada, melhorada e enquadrada nos momentos atuais por que passa o mundo. Há, no meu gabinete, centenas de telegramas e de fax da época em que iniciamos a reforma constitucional. Havia a preocupação das classes assalariadas com essa reforma, no sentido de que não se mexesse com os direitos e as garantias dos cidadãos. Entendi muito bem essa preocupação e disse às classes assalariadas que as mesmas poderiam ficar tranquilas, pois a Liderança de então não iria mexer uma vírgula sequer nessa questão. Mas, Senador José Eduardo Vieira, precisamos aumentar os deveres e a produtividade. Se V. Ex^a examinar atentamente a nossa Constituição, vai observar que existem 78 artigos de direitos; 46 de garantias; de deveres, Senador, quatro; de produtividade, um. É esta a realidade! É por isso que V. Ex^a está na tribuna, com a responsabilidade de empresário e de homem público, alertando a Nação. São um fracasso essas medidas provisórias. E disseram-me muito bem os Presidentes José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco: com esta Constituição, como está, o País é ingovernável. E a reforma, Senador, vai ser feita de uma maneira ou de outra, pois a situação não pode continuar como está. Portanto, saúdo e apóio V. Ex^a como Senador que, além desse papel, foi também Ministro de Estado, bem como pela responsabilidade que tem na parcela da economia deste País, nos setores em que V. Ex^a atua tão brilhantemente. Parabenizo V. Ex^a pelo alerta que faz à Nação com muita propriedade nesta tarde, no momento em que nos estamos defrontando com este plano que, inclusive, também apoiou e pelo qual torcem todos os brasileiros que querem ver o bem nacional. Mas, Senador, tenho dúvidas quanto ao êxito do plano, pois acredito que é necessário haver equilíbrio entre entrada e saída de dinheiro. Entretanto creio também que Deus é brasileiro e torço para que o povo e seus dirigentes tenham patriotismo para que, dentro deste plano que está sendo executado, possamos chegar

àquilo que a maioria do povo brasileiro deseja. Felicito V. Ex^a pelo magnífico pronunciamento que profere nesta tarde.

O SR. JOSÉ EDUARDO – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que vem enriquecer o nosso pronunciamento. Bem diz V. Ex^a: nós todos aprovamos e apoiamos este plano, queremos que realmente ele venha acabar com a inflação, mas é preciso parar de mudar a toda hora e a todo dia.

Não basta, contudo, combater a inflação. É preciso evitar a recessão. Eu, particularmente, estou convencido de que a negativa experiência brasileira está demonstrando, à exaustão, ser a recessão o pior remédio para debelar a febre inflacionária, pelo menos em países em desenvolvimento como o nosso. No Brasil, a guerra contra a inflação não pode ocorrer no campo do desemprego, dos impostos elevados e das altas taxas de juros. O Brasil precisa produzir, fazer uma opção pelo trabalho.

As batalhas para a recuperação do valor do salário do trabalhador devem ser travadas também no campo aberto das liberdades políticas e da estabilidade jurídica. Este Congresso nacional tem o dever de ofício de se estabelecer como uma fortaleza contra as tentações, de um lado, do reformismo populista e demagógico e, de outro, do imobilismo autoritário e elitista. A construção da democracia é lenta, mas irreversível. A transição, uma caminhada longa, passo a passo, não pode ser confundida com uma corrida com chegada predeterminada.

Ao longo da trajetória, não convém cobrar do Congresso o cumprimento de seu dever, até porque este Parlamento não tem faltado com suas obrigações. Talvez seja mais lúcido deter a atividade febril do Poder Executivo na produção de novas leis, comprovadamente desnecessárias. Se excesso de leis produzisse riqueza o Brasil seria, certamente, o país mais rico do mundo. Acusa-se muito o Congresso de fazer pouco. Está na hora de todos perceberem que o problema maior é o Governo fazer demais, tentando esconder sua própria ineficiência.

Estamos aqui, nobres Senadores, Srs. Presidente, para trabalhar para o povo. Mas trabalhar para o povo não deve significar, necessariamente, produzir de forma febril e insensata normas jurídicas novas, ao sabor das circunstâncias e da vontade unilateral do Poder Executivo. Fomos eleitos para decidir o que é justo e legítimo e esta tarefa precisamos cumprir, pois ela é indispensável na construção de uma democracia sólida, justa e impessoal como a exigida pela maioria da população brasileira. Estabilidade política, já! Estabilidade econômica, agora! Estabilidade jurídica, urgente!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo, o Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência comunica ao Plenário que decidiu cancelar a sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para hoje, às 19h.

O SR. NEY MARANHÃO – Peço a palavra, como Líder, para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a

palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN – PE. Como líder. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos termos do art. 50, § 2º, combinado com o art. 70 da Constituição Federal e, ainda, com o art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, atinente à sua competência fiscalizadora, solicito do Sr. Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1º) Existe verba orçamentária destinada à construção do Fórum da Justiça Federal de Primeira Instância do Estado de Pernambuco?

2º) Qual é o seu montante?

3º) Quanto foi liberado e qual o cronograma de liberação?

A justificativa acompanha o requerimento de informação.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Lembro ao nobre Líder que deve encaminhar o seu requerimento à Mesa, na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar a visita que os Senadores Fernando Henrique Cardoso e Guilherme Palmeira, candidatos, respectivamente, a Presidente e a Vice-Presidente da República pela coligação PSDB-PFL-PTB fizeram hoje, em companhia de outros Parlamentares à Embrapa.

O órgão da Embrapa visitado, Sr. Presidente, foi o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado – CPAC, uma das unidades de pesquisa da referida Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, criada em 1975. É o CPAC a maior unidade da referida empresa e a ela cabe, como tarefa principal produzir os instrumentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa na região dos cerrados.

De acordo com as atribuições do órgão, o CPAC tem como missão gerar, promover e transferir conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento sustentado do complexo agrossilvo pastoril da região dos cerrados.

A região dos cerrados, como se sabe, compreende uma área de 204 milhões de hectares, distribuídos basicamente nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Distrito Federal, Pará, parte de Tocantins, parte de São Paulo e Amapá.

Desse total aproximadamente 140 milhões de hectares do cerrado constitui-se de terras aráveis, potencialmente aptas para a produção de alimentos, fibras e energia. Acrescente-se ainda uma área significativa de pastagens naturais e cultivadas que suporta 40% do rebanho bovino nacional. Os cerrados se constituem hoje no Brasil em uma nova e promissora fronteira agrícola. E estamos certos em acreditar que poderá ser um dos pólos mais importantes para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária de nosso País.

Há vinte anos, quando surgiu o CPAC, os cerrados davam uma contribuição muito modesta para a produção de grãos do nosso País.

Hoje, na referida região, além de se desenvolver uma agricultura já de certa sofisticação, podemos observar também que a maior parte da produção de grãos já advém dos cerrados, o que mostra que, em duas décadas, a região deu um salto quantitativo e qualitativo extremamente positivo.

Tudo isso, Sr. Presidente, nos faz crer que o Brasil tem ainda, não adequadamente explorada, uma "vocalização agropecuária". Estamos produzindo uma safra recorde em torno de 75 a 76 milhões de toneladas de grãos, o que é algo muito significativo para o País, mas ainda é de baixa resposta em função daquilo que o Brasil

pode gerar no campo da agricultura primária. E é uma safra muito pequena se compararmos com a de outros países que dispõem de extensão territorial semelhante à nossa. Os Estados Unidos – é lógico que vou exemplificar com um país de Primeiro Mundo – produzem cerca de 600 milhões de toneladas de grãos/ano, o que significa dizer que estamos produzindo pouco mais.

Com isso, quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que ainda temos grande meta a cumprir no plano das atividades da agricultura e da pecuária. Ainda podemos expandir e expandir muito, desde que também melhoremos a nossa produção, quer de grãos, quer de outros produtos. Também melhorar bastante a nossa produção de proteína animal, nos planos bovino e ovino e em relação à caprinocultura e, inclusive, à avicultura.

O Sr. Ney Maranhão – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL – Ouço, com prazer, o nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão – Senador Marco Maciel, V. Ex^a aborda, neste instante, um assunto que penso ser prioritário para qualquer Nação do mundo, principalmente para o Brasil, quando há 30 milhões de brasileiros morrendo de fome. O nosso clima é melhor do que o de todas as outras nações; temos terras descansadas, como o cerrado, citado por V. Ex^a, que poderá dar ao Brasil uma grande produção de grãos. Somos, Senador Marco Maciel, se não me engano, o quarto País do mundo em relação à pecuária, em cabeça de gado; mas estamos lá embaixo, mas lá embaixo mesmo, na questão da qualidade. Produzimos, Senador Marco Maciel, 70 milhões de grãos, e os jornais dão aquele destaque: "os Estados Unidos produzem 600 milhões", com a alta tecnologia de que dispõem e sendo um país de Primeiro Mundo! Mas cito um país que está se recuperando e dando um exemplo ao mundo: a China. V. Ex^a, como Líder nacional, está me devendo uma viagem àquela nação, uma vez que não pôde ir agora em função das eleições. V. Ex^a, posteriormente, conhecerá a terra de Jiang Zemin e verá o que é aquele país asiático. A China tem 18% de terras agricultáveis e planta em 16% delas. A Senadora Júnia Marise e eu participamos de um encontro extrapauta que ocorreu com o Chefe do Partido Comunista Chinês, hoje, Presidente da China, Jiang Zemin. Disse S. Ex^a que a China, com os 16% de terra agricultáveis que possui, dedica 65% dessa produção, de quase 500 milhões de grãos, à produção manual, para dar trabalho aos camponeses; somente 35% é produzido com a mecanização. Temos um País maravilhoso, com uma produção de 70 milhões e que – segundo o pronunciamento de V. Ex^a – deverá chegar a 100 milhões. Agora, 30% dessa produção, Senador, perde-se no campo e nas ladroagens dos armazéns que guardam essas mercadorias. Veja V. Ex^a que esse fato não ocorreu na época do Sarney, nem do Collor; mas agora. O feijão está apodrecendo e a população, morrendo de fome! Vimos estradas de barro perto das cidades de Xangai, Pequim e de Cantun, mas estradas de ferro cruzando toda a China. Nós, aqui, de caminhão, em cima de pneus, em cima do diesel, temos de ter, primeiramente, a estrutura. V. Ex^a e eu debatemos neste plenário, nos Ministérios; brigamos pelos nossos Companheiros de Pernambuco, pelos agricultores da cana-de-açúcar. Hoje, um agricultor pede empréstimo para plantar 1.000 toneladas de cana ou 1.000 sacos de feijão; paga os 1.000 e ainda fica devendo 10! Não temos uma agricultura como em países como a China. É aquilo que Mao Tsé-Tung disse: "a revolução saiu vitoriosa, povo de barriga cheia não pensa em revolução"! Foi o que aconteceu na União Soviética, que fez aquele exército de brinquedo, mas atômico, talvez mais poderoso do que o americano, e caiu como cartas, como o Muro de Berlim e o Leste Europeu, porque o povo estava faminto. Portanto, V. Ex^a está alertando para o problema de aumentar a produção.

Mas, para isso, temos de oferecer os meios. A classe agrícola do nosso Estado, os plantadores de cana-de-açúcar estão quebrados porque o Governo é insensível; não este Governo, esse problema já vem de muito tempo. Temos de fazer uma legislação da seguinte forma: primeiro, o campo; depois, o restante. Saúdo V. Exª e tenho a certeza de que o seu Partido e a sua experiência irão contribuir para alcançarmos o nosso objetivo, porque, sem uma lei que proteja o trabalhador, o camponês e o produtor, não adianta produzir. É o motivo pelo qual a nossa pecuária está em baixa em relação à produtividade. Vou dar um exemplo do que ocorre no nosso Estado: gado de corte, de engorda concentrada. Começamos a fazer esse trabalho em Pernambuco. Tenho experiência no assunto e apenas 40 hectares de terra. Quando V. Exª tiver um tempinho, deve passar na minha fazenda para comer um bode e vai ver os boizinhos que tenho por lá! Engordo, por ano, 1. 200, de acordo com a tecnologia que aprendi na China e nos Estados Unidos. Esse gado produz de 17 a 18 Kg, por mês, de carne limpa. Compro um boizinho de 10,5 arrobas e o vendo, com 5 meses, com 17 arrobas. O Senador José Andrade Vieira me empresta um dinheirinho do seu banco – não sei se ele está me ouvindo. E, com esse dinheirinho, ganho um dinheirinho, mesmo com os juros elevados que são cobrados. Mas ele é agricultor, é pecuarista. Não sei se o faz só para mim, creio que não. O BAMERINDUS – não estou fazendo propaganda do banco, estou dizendo de onde recebo o dinheiro – é que me tem financiado. Precisamos da tecnologia e do apoio do Governo para termos produtividade. Pernambuco é um Estado, como sabe V. Exª, que consome apenas 17% de carne, porque não tem boi, não há pasto. Onde deveria haver pasto, há cana. Na zona molhada, há cana; na zona seca, há seca e não há capim. Mesmo assim, há solução para um Estado difícil como o nosso, quanto mais para este País ou para um Estado como Minas Gerais, onde vou ver esse gado em Felisburgo, que S. Exª, a Senadora Júnia Marise, conhece muito bem. Há pastagens imensas no Brasil. É preciso mudar, Senador; é preciso dar condições ao pecuarista e ao agricultor para que o povo tenha a barriga cheia e não pense em coisa ruim. Parabéns a V. Exª. Com a experiência que V. Exª tem, de ex-Governador, de Senador da República, poderá dar grande contribuição para que a agricultura do País tenha solução.

O SR. MARCO MACIEL – Muito obrigado, nobre Senador Ney Maranhão. Acolho com satisfação o aparte de V. Exª

Como salientou V. Exª, o Brasil tem enormes condições de ampliar significativamente a sua produção quer no campo da agricultura, quer no campo da pecuária. Para esse fim, é fundamental que desenvolvamos modernas tecnologias, pesquisas que garantam a realização desses objetivos.

Prosseguindo, Sr. Presidente, vou dizer o óbvio: embora já tenhamos uma safra significativa, de mais de 70 milhões de toneladas de grãos, podemos duplicá-la sem dificuldade, desde que contemos não somente com os instrumentos de crédito, não somente com a infra-estrutura física, sobretudo no setor de transporte e de comunicações, mas com modernas tecnologias e com pesquisas apropriadas. E esse é um trabalho que vem sendo cumprido, no plano científico e tecnológico, com muito êxito, pela Embrapa.

Por essa razão, registro hoje a visita que fizeram ao referido órgão os integrantes da Chapa União, Trabalho e Progresso, resultante da coligação PSDB, PFL e PTB, que tem como candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente, os Senadores Fernando Henrique Cardoso e Guilherme Palmeira.

Durante a visita que os candidatos fizeram à Embrapa, ficou evidente, Sr. Presidente, a preocupação que os integrantes da coligação têm não somente em melhorar, uma vez eleitos, o desenvolvimento da agricultura em nosso País, mas também em prestigiar as instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O que

podemos extrair dessa visita é justamente isto, Sr. Presidente: ao eleger a Embrapa como órgão a ser visitado, o Senador Fernando Henrique Cardoso quis deixar claro que vê na agricultura uma das suas prioridades de governo. Por outro lado, quis demonstrar S. Exª que, mediante a agricultura, é possível não somente melhorar a dieta alimentar, sobretudo de largas parcelas da nossa população que não têm acesso nem sequer à dieta básica, mas manter a estabilidade econômica, evitando a recorrência da espiral inflacionária. É possível também, pela elevação da produção agrícola, melhorar a distribuição de renda em nosso País. Aliás, S. Exª, o Senador Fernando Henrique Cardoso, ao concluir sua visita ao CPAC, fez questão de dizer que estava convencido de que, por intermédio de uma grande revolução na agricultura, haverá melhoria da qualidade de vida do nosso povo, sobretudo porque a agricultura é uma atividade altamente geradora de empregos: empregos que brotam diretamente da produção e empregos que surgem indiretamente como consequência do transporte, armazenamento e comercialização do produto.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL – Pois não. Ouço, com prazer, o nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – No momento em que se refere à importância do desenvolvimento da agricultura, V. Exª deve notar, ao lado dos aspectos que já tem salientado, o valor que terá esse trabalho com a fixação do homem ao campo, não só proporcionando emprego, como evitando o êxodo que agrava os problemas urbanos. Estes têm sido dos mais graves nos últimos tempos entre nós. Por outro lado – V. Exª ainda não salientou, mas, de certo iria referir-se – deve-se ressaltar a importância do desenvolvimento da agricultura para o aumento dos produtos alimentícios no País, evitando a exploração tão desabrida que ainda se está verificando.

O SR. MARCO MACIEL – Senador Josaphat Marinho, V. Exª tocou em dois pontos fundamentais, que, de alguma forma, constituem grandes desafios brasileiros em nossos dias.

Primeiro, é a questão da migração campo/cidade, que se acentuou de forma impressionante em nosso País na últimas décadas. Mais do que um processo de deslocamento campo/cidade, trata-se de um processo de deslocamento do campo e da pequena cidade para as metrópoles, o que fez com que se agravasse muito o quadro social nas grandes cidades, sobretudo a situação daqueles que para elas acorrem.

Como salientou V. Exª, à proporção em que se desenvolver a agricultura, o homem deverá fixar-se ao campo, com bom salário e condição conseqüente de criar e educar adequadamente a sua família.

O segundo dado que V. Exª trouxe à consideração através do seu aparte refere-se ao fato de que, à medida em que fosse desenvolvida a agricultura, ampliar-se-ia a oferta de gêneros, inclusive de primeira necessidade, que constituem a dieta básica do nosso povo. Isso, de alguma forma, inibiria o reaparecimento do processo inflacionário. Digo reaparecimento, porque estou certo de que, com o real, a inflação estará definitivamente jugulada, controlada, o que inibirá o reaparecimento do processo inflacionário e criará condições para que incorporemos de direito e de fato à sociedade brasileira esses 40 milhões de excluídos – louvo-me em dados do IBGE – que marcam infelizmente o quadro social brasileiro. Essas pessoas, que vivem em situação de quase miséria, certamente muito se beneficiarão do incremento da produção agrícola.

Prosseguindo, Sr. Presidente, a visita do Senador Fernando Henrique Cardoso e do Senador Guilherme Palmeira à Embrapa serviu não apenas para demonstrar a preocupação com que, uma

vez eleitos, tratarão a questão da agricultura, mas também para demonstrar o apreço que concederão à questão do desenvolvimento da ciência, da pesquisa e da tecnologia em nosso País.

Neste fim de milênio, vivemos uma grande revolução científico-tecnológica, e o País dela não pode estar distante. É necessário, conseqüentemente, prestigiar as instituições de pesquisa, as instituições que formam quadros de tecnólogos. É fundamental prestigiar instituições que geram, transferem e incorporam modernas tecnologias ao nosso País. A Embrapa é, de alguma forma, no campo da agropecuária, uma instituição pública modelar. Não se trata de instituição antiga; surgiu há pouco mais de vinte anos e hoje, através dos diferentes centros de pesquisa e de tecnologia que possui em nosso País, tem dado contribuição que não pode ser desconhecida para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

O Brasil deu esse salto, no campo da produção agrícola, no campo da produção primária, graças – ninguém pode desconhecer – à Embrapa. Certamente, ainda modesta, a nossa produção, se compararmos à disponibilidade de terras, terras aráveis, terras agricultáveis, terras irrigáveis que possuímos em nosso País. Mas sem a Embrapa, certamente, estaríamos em condição bem mais difícil, estaríamos com uma produção bem mais modesta e, talvez, o quadro social brasileiro ainda fosse bem mais grave, sobretudo porque o Brasil não produz somente gêneros para o consumo interno da sua população, mas produz também muitos grãos que são exportados e que, de alguma forma, agregam significativo número de dólares à nossa balança comercial.

Por isso, Sr. Presidente, concluo as minhas palavras dizendo que, na verdade, o Senador Fernando Henrique Cardoso hoje praticou um ato que, de alguma forma, põe a sua campanha num plano muito correto, porque S. Ex.^a está aproveitando o momento dessa pregação cívica que está fazendo por todo o País, para trazer a debate questões que realmente dizem respeito ao nosso País e que interessam ao nosso futuro enquanto Nação que deseja ter um processo de crescimento justo e correto.

Acredito que, ao visitar a Embrapa, o Senador Fernando Henrique Cardoso deu uma demonstração de que deseja manter a campanha em nível elevado, discutindo os grandes problemas do País, apontando, desde já, as suas prioridades e, de alguma forma, fazendo com que a sociedade participe de todo esse processo político de formação da vontade nacional.

Acredito, por fim, que por esse caminho poderemos realmente forjar um programa de governo que seja participativo, um programa, portanto, que não seja produto de meras elucubrações em escritórios fechados, de diagnósticos feitos meramente por tecnocratas; antes, buscando fazer com que um programa de governo surja de uma ampla discussão dos nossos problemas, de um adequado debate das nossas necessidades, e, quem sabe, também, surja de forma participativa, na proporção em que, por este caminho, visitando instituições, percorrendo o País, analisando as suas opções, possamos ter um programa de governo que seja, de fato e genuinamente, um programa que interesse ao País como um todo e que contribuirá, certamente, para que o País conheça novos dias, para que possamos ingressar, quem sabe, em tempos que venham a nos garantir uma sociedade, não só consolidadamente democrática, mas uma sociedade igualmente desenvolvida.

A SR.^a JÚNIA MARISE – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – V. Ex.^a tem a palavra, na forma regimental.

A SR.^a JÚNIA MARISE (PDT-MG. Para uma comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, o Ministro Rubens Ricupero participou hoje de uma sabatina na Câmara dos Deputados sobre o milagre do Plano Real implan-

tado em nosso País.

Quero dizer que compartilho com os ideais dos 150 milhões de brasileiros que desejam ver um País sem inflação, sem fome, sem miséria e sem desemprego, um País em que todos possam sobreviver com dignidade e com respeito.

Dentro dessa visão tão importante e tão fundamental para os rumos do nosso País, certamente a implantação de um plano econômico tem sido sempre um gerador de expectativas que possam acalantar o desejo de uma Nação sofrida, de uma Nação que convive sempre com a hiperinflação, com o desemprego, com a fome, com a miséria, com a falta de moradia e com a falta de atendimento na área da saúde pública.

Temos agora a nova moeda, o real, origem desse plano econômico lançado pelo Governo Federal. Certamente, de um lado, torcemos para que se possa recompor este País nos trilhos da dignidade e sobretudo na formação de mecanismos que possam estimular a produção e o desenvolvimento nacionais e que possam acabar definitivamente com o estado de *apartheid* social em que vivem hoje milhões de brasileiros.

O Governo se descuidou certamente de vários aspectos na implantação desse plano. Apressou-se em dar a sua orientação na prática, em lançar a nova moeda, em fazer uma grande mídia em toda a imprensa nacional, mas esqueceu-se o Governo dos mecanismos para proteger a população daqueles que estão agora – e o fizeram na madrugada do dia 30 de junho para o dia 1º de julho nas prateleiras dos supermercados, nas tarifas de transporte coletivo, enfim, em todos os setores produtivos e de consumo de nosso País – gerando aumentos abusivos de toda ordem em todos os produtos. Onde estão os mecanismos que o Governo disse que teria para impedir isso? Até agora não vimos qualquer ação do Governo, a não ser as palavras.

Aqui vemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez voltar o Presidente Itamar Franco a dizer que está preocupado; mais uma vez voltar o Ministro dizendo que também está preocupado e que vai impedir os abusos. Mas o pãozinho aumentou, a cesta básica aumentou e os produtos de primeira necessidade estão aumentando com reajustes de até 106% acima da inflação. Aliás, uma inflação que chegou a 50% no mês de junho.

E aqui estão as relações de todos os produtos que a imprensa tem divulgado denunciando o arbítrio, a ilegalidade e, sobretudo, a fome com que esses cartéis, principalmente dos alimentos do nosso País e de outros setores, estão agindo diante dos olhos do Governo, e certamente sem nenhuma dificuldade ou mesmo sem estarem apreensivos diante das ameaças e das preocupações do Presidente da República.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é preciso que o Governo aja de uma forma absolutamente convincente neste momento. Por quê? Porque senão a Nação vai entender mais uma vez que estamos tendo um plano que vai vigorar até o dia 15 de novembro – que vai ultrapassar as eleições do dia 03 de outubro e chegará até 15 de novembro. E mais uma vez esta Nação pode se frustrar; e mais uma vez poderemos concluir que esse plano se transformará no maior calote eleitoral deste País.

Temos uma preocupação e um questionamento, diante da seriedade dos homens públicos que estão conduzindo esse Plano neste momento. Não se pode brincar com uma Nação que já está sofrida, que está se transformando em uma verdadeira convulsão social diante das dificuldades, das situações de miserabilidade e indigência social.

É a nossa preocupação neste momento, Sr. Presidente. Nós que defendemos ardorosamente o princípio da credibilidade deste País, pois não desejamos que a Nação passe por momentos tão difíceis como já ocorreu quando da implantação de outros planos

econômicos que desencadearam uma inflação cada vez maior, aumentando o desemprego e as dificuldades da população brasileira.

Tenho em mãos recortes de jornais da grande imprensa do País trazendo denúncias das arbitrariedades que estão sendo cometidas contra a nossa população. Ontem, a apresentadora do **Jornal da Globo** denunciou e provou, para 80 milhões de brasileiros, a desfaçatez que está sendo cometida contra a população, diante dos olhos do Governo, com aumentos de até 500% em produtos que estão nas prateleiras dos supermercados e do comércio lojista.

O Ministro Ricupero defende ardorosamente o Plano. Vejo sinceridade e tenho até credibilidade em S. Ex^a. Porém, quais são os mecanismos que irão garantir o sucesso do Plano? Estão falando em se criar comissões, Secretaria de Controle, aumentar o poder de ação da SUNAB. Todos os dias, o Presidente da República diz que está preocupado. Entretanto, acabaremos pensando, como todos os brasileiros, que essas preocupações não passam de palavras e de utopias do Governo Federal.

Por essa razão, estamos aqui, mais uma vez, questionando. Para que esse Plano se consolide, para que se acabe com a inflação e se possa retomar o desenvolvimento econômico, eliminando a miséria e a fome do nosso País, é preciso que o Governo tenha a coragem de assumir as consequências desse Plano e tomar medidas enérgicas contra os especuladores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Wilson Martins.

O SR. WILSON MARTINS (PMDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, desejo trazer a esta Casa, em forma de denúncia, o que se passa em Mato Grosso do Sul no que diz respeito à condução, por parte do Governador do Estado, da sua campanha eleitoral.

Na realidade, não seria plausível que o agente perturbador de uma campanha eleitoral fosse o governador do Estado. Um governador, como magistrado maior do Estado, deve ser aquele que, com mão forte, conduz os acontecimentos dentro do espírito da ordem e da disciplina.

Entretanto, não é assim que os fatos ocorrem no meu Estado. Passado um ano, desde que se iniciou o processo de sua substituição no cargo, o Sr. Pedro Pedrossian importuna os prefeitos adversários, os vereadores, as lideranças políticas, e a todos convoca, procurando corrompê-los para que adiram ao seu Partido, a sua luta política, ao seu desejo de não apenas indicar, mas de obrigar a sua substituição. O seu substituto há de ser, não o candidato que o povo deseja livremente eleger, mas aquele que ele determinou fosse escolhido na convenção.

Não é por acaso que o candidato do Governador, neste momento – aliás, um ilustre colega nosso –, seja o terceiro da sua agremiação e da frente constituída para apoiar a campanha comandada por S. Ex^a. Já houve um primeiro candidato que o Governador preparou dentro do meu próprio Partido, para promover uma cisão no PMDB. Apesar de ter recebido de S. Ex^a todos os elementos, todos os ensinamentos, todo um suporte, esse candidato acabou se frustrando e não decolou. Em vez de promover, como desejava, a nossa exclusão do Partido, a nossa derrota nas prévias e, posteriormente, na convenção ele acabou derrotado, bandeando-se para outra facção partidária, o PDT. Singularmente, esse Partido, com o movimento que lhe deram em Mato Grosso do Sul, juntamente com o PSDB, o PSB, o PCdoB, o PL e o Partido Verde, tem com o meu Partido muita semelhança de ideais.

O nosso movimento vem ganhando corpo e se impondo nas pesquisas, de tal sorte que o Governador se viu obrigado a escolher um segundo candidato para fazer face a nossa candidatura.

Mas também esse não alcançou o apoio necessário e acabou deixando a luta por imposição dos companheiros, aliás, o próprio Governador do Estado, que tem hoje no nosso colega, Senador Levy Dias, o candidato oficial. Mantemos com o nosso colega Levy Dias relações da melhor cordialidade e estamos, ao longo desta campanha, mantendo todo o respeito que nos é possível e que devemos um ao outro. Mas isso não pode me impedir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de trazer aqui, nesta Casa, para conhecimento do País, o que faz o chefe verdadeiro da facção governamental, Sr. Pedro Pedrossian.

Falei primeiro da violência moral que se pratica em relação aos políticos adversários, que tem custado para todos nós não-somente os aborrecimentos decorrentes da perda de alguns companheiros, mas o atraso, a amargura de vermos que o dirigente de Mato Grosso do Sul não tem o preparo suficiente para levar o Estado ao seu verdadeiro destino.

A imprensa da Capital em seus vários veículos de comunicação destina duas, três páginas a toda movimentação política do nosso opositor e, sem nenhum pejo, nos reserva um trecho pequeno, um espaço mínimo para registrar as nossas caminhadas pelo Estado. Como se o nosso movimento não estivesse empolgando a população, o eleitorado. As pesquisas do DataFolha são bem conhecidas. Elas registram para nós um índice de aceitação de 52%, enquanto que para o nosso eminente colega e nobre adversário, Levy Dias, registra apenas um coeficiente de 29%.

Quem lê os jornais da Capital, quem ouve as rádios, quem assiste às emissoras de televisão percebe a mistificação que promove o Sr. Governador. São recursos do Estado que são esbanjados, que são atirados fora procurando mostrar uma falsa realidade na política do Estado, diferente daquela que os periódicos e que os veículos de informação apresentam nas suas várias edições. Em face disso, pedimos aos advogados que nos assistem que façam reclamações sucessivas na Justiça e, também, ao Tribunal Regional Eleitoral.

Acabamos de receber, do nosso Estado, notícia segundo a qual aquele Tribunal, tomando conhecimento dos fatos que acabo de revelar ao Senado, determinou a proibição da veiculação de imagens de todo candidato em visitas ou em inaugurações de obras públicas, especialmente em companhia de chefes do Executivo. E mandou, também, determinar a notificação das referidas autoridades para que, sob as penas da lei, se abstenham de realizar, durante o período eleitoral, o mencionado tipo de propaganda. Ainda, na portaria lavrada pelo egrégio Tribunal Regional Eleitoral, foi determinada a remessa de cópia da portaria ao representante público, que é o DENTEL, para que, para os efeitos do art. 63, tomasse conhecimento de todo o teor da resolução.

Seria de perguntar-se: Como reagiu o Governador? Deixou de agir da forma arbitrária, truculenta, como costuma agir? As informações que nos chegam dos nossos amigos, dos nossos correligionários de Mato Grosso do Sul são no sentido de que o Governador simplesmente desconhece a decisão tomada pelo Tribunal. Ele procede da mesma maneira como procedia antes; ele aciona a imprensa pela mesma forma; ele prossegue fazendo pressão sobre os adversários e procurando subornar a imprensa, numa demonstração inequívoca da sua falta de preparo para o desempenho das altas funções e da missão que exerce em Mato Grosso do Sul.

É evidente, diante de tudo isso, que S. Ex^a não apenas fere normas de natureza eleitoral. Quando coage prefeitos, quando obtém adesões de maneira ardilosa S. Ex^a fere, também, normas de Direito Penal, normas do próprio Código Penal.

Estamos dispostos, Sr. Presidente, a não somente trazer esses fatos para esta Casa, mas a levá-los, de maneira oficial, ao conhecimento do Ministério Público, para que promova a responsa-

bilidade penal e eleitoral do Governador.

Trazendo, agora, ao conhecimento do Senado e dos meus Pares essa triste situação que ocorre em Mato Grosso do Sul, estou seguro de que o meu Estado, nas eleições de outubro, há de saber distinguir o poder corrupto, que atualmente está à frente dos seus destinos, para seguir uma orientação mais clara que, sem dúvida alguma, será aquela que a aliança que ali fizemos saberá imprimir na condução dos destinos de nossa terra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, todas as pessoas bem-intencionadas e lúcidas reconhecem o empenho e a seriedade com que o Presidente Itamar Franco e seu Governo procuram administrar as profundas mudanças implantadas na economia e na vida do Brasil com o Plano Real, cuja fase decisiva hoje acompanhamos. É importante que se faça tal ressalva para que não pareça a nossa posição ser de *negativismo e contestação irracional*.

Ressalvadas, portanto, a correção e a dignidade da postura do Presidente e da equipe que o assessora, não podemos nos furtar ao exame crítico, mais uma vez, de sérios erros e ameaças que rondam esta que parece destinada a ser a última tentativa institucionalizada de resolver os graves problemas nacionais. Se ocorrer um fracasso, hoje, ninguém poderá prever dias felizes para nossos filhos e as gerações seguintes, porque o abismo em que as atividades produtivas estão, tem profundidade tenebrosa e envolve circunstâncias justificadamente assustadoras.

Tenho abordado com insistência as implicações do Plano Real, porque defendo os mesmos objetivos: estabilização da economia e eliminação do monstro inflacionário que tem castigado o País nas últimas décadas, contaminando todos os tecidos econômicos, financeiros, sociais e políticos deste final de século. Mas esse apoio não pode deixar esquecidos os problemas vividos pelos trabalhadores, com salários achatados e sem perspectivas de recomposição real de suas rendas.

A conversão dos salários à extinta URV, em março último, foi com base num vago e esotérico princípio de "pela média", abstraindo-se a verdade de que só existe um salário: o da data-base. Tudo o mais, a qualquer título, é **recomposição desse valor**, é a restituição ao trabalhador daquilo que lhe foi confiscado pela inflação e que resultou em benefício das empresas voltadas para a especulação financeira e a ciranda das aplicações criminosamente vorazes.

Desde a sua conversão, pela URV, os salários perderam uma parcela considerável de seu poder aquisitivo, pela inflação.

Sim, porque as negativas oficiais não conseguem esconder a verdade: a inflação do último trimestre superou, em muito, qualquer compensação adicionada aos contra-cheques dos trabalhadores brasileiros. Quem afirma é a respeitada e insuspeita equipe da FIPE, que faz levantamentos de preços e custos acima de qualquer dúvida.

E o **Jornal do Brasil**, em sua edição de hoje, não doura a pílula nem escamoteia a realidade: "Inflação da FIPE foi de 50,75%, em junho", diz o título principal da página 6 do caderno de economia.

E aponta os vilões dessa explosão inflacionária: a carne, que subiu 78,86%; bebidas, 71,17%; óleos, 56,71%; enlatados, 56%; sal, 55,11%; açúcar, 53,48%; e a refeição ligeira e precária, fora de casa, subiu 52,14%. Como se vê, estão listados, nessa pesquisa assombrosa, apenas itens de sobrevivência imediata e direta dos trabalhadores, porque se falarmos em outros itens, como auto-

móveis, encontraremos números invariavelmente acima de 60%: linhas telefônicas, 95,51%; aluguéis, 51,65%; e por aí afora, comprovando a realidade dos fatos que venho prevendo nos seguidos discursos que fiz desde os primórdios do Plano Real.

Gostaria de ter errado tais previsões, Sr. Presidente, mas nelas não estavam qualquer adivinhação, apenas a experiência colhida na vivência de tantas outras iniciativas com o mesmo objetivo.

O ponto mais grave na matéria do venerando JB, a meu ver, está na transposição de moedas. Diz ele: "O índice geral de inflação do mês de junho, convertido para URV, é de 4,71% contra 1,05% de maio. A variação do grupo de vestuário foi de 7,55%; alimentos, 6,64%; transportes, indispensáveis ao exercício do trabalho, 3,86%; saúde, 2,65%". E conclui o repórter afirmando que "o resultado de junho pode ser considerado uma sinalização do comportamento que os preços terão em julho."

Os dados foram fornecidos pelo Prof. Heron do Carmo, coordenador da pesquisa pela FIPE e deixam claro o abuso cometido pelos tubarões no setor de produtos semi-elaborados, essenciais a qualquer orçamento doméstico ou socialmente exigível.

Nem mesmo os poucos trabalhadores que conseguem, efetivamente, fazer uma poupança periódica, nem mesmo estes escaparam da "garfada", como dizem os analistas: a inflação repassada às cadernetas de poupança foi de apenas 46,84%, para essa inflação proclamada oficialmente, de 50,75%. Uma perda material, indiscutível, cristalina, de quase quatro pontos percentuais, 3,91 pontos, para sermos exatos.

Não admito, porque não a pratico, qualquer atitude do tipo "lavar as mãos", porque dessas omissões derivam as maiores injustiças cometidas contra os povos e a própria Humanidade. E, assim, retorno àquele ponto essencial, já abordado em outras oportunidades: a necessidade, urgente e radical, de medidas voltadas para o controle dos abusos e da punição dos delinquentes econômicos; a aplicação, imediata e exemplar, da legislação antitruste recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, a pedido do próprio Governo.

Recursos legais não faltam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e certamente não faltará o respaldo político exigido pela sociedade, para que o Governo cumpra sua obrigação e defenda a sociedade daqueles que se empenham em explorá-la e em roubar-lhe as últimas esperanças de progresso pessoal, familiar e social.

O Sr. Josaphat Marinho – *Permite-me V. Ex^a um aparte?*

O SR. NABOR JÚNIOR – Com muito prazer, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Senador Nabor Júnior, V. Ex^a tratou desse assunto algumas vezes nos últimos meses. Tive oportunidade de apartear-lo em alguns momentos. Ao mesmo tempo, apelei para o Governo, sobretudo durante o mês de junho, no sentido de que interviesse no mercado, valendo-se das leis e dos organismos administrativos a que, há pouco, V. Ex^a se referiu, de maneira que coibisse os abusos. Salientei mesmo que era necessário operar o expurgo da gordura dos aumentos excessivos, e isso se impunha para que o real entrasse em vigor, evitando a inflação desabusada que estava sendo criada. Reconheço que o Governo se tem esforçado para impedir a multiplicação do abuso, mas, infelizmente, os tecnocratas da economia não permitiram que o Governo adotasse a medida enérgica cabível antes do dia 1º de julho. Infelizmente, os abusos se trasladaram para o real, e, agora, o Governo está enfrentando dificuldades para promover a redução dos preços, que se elevaram desmedidamente. Faz muito bem V. Ex^a em retornar o assunto em defesa da economia popular.

O SR. NABOR JÚNIOR – Agradeço a participação de V. Ex^a no meu pronunciamento. Em várias oportunidades, V. Ex^a

aqui se tem reportado à situação tão difícil pela qual passa o povo brasileiro diante dessa inflação escandalosa que temos acompanhado nos últimos tempos, à qual o Governo já deveria ter adotado mecanismos no sentido de coibir tais abusos. Caso contrário, o Plano Real vai fracassar dentro de pouco tempo, a exemplo do que ocorreu com o Plano Cruzado. Se os agentes econômicos, os industriais, os donos de supermercados, os banqueiros têm interesse no lucro, não vão se conformar que o real seja uma moeda estável. Breve vão exigir novos aumentos, fazendo com que o real passe a ser uma moeda desacreditada, como foi o cruzeiro e o cruzeiro real.

O próprio Governo, através do Banco Central, já está sinalizando juros para o mês de julho de 12%. Ora, se o Governo, por meio do órgão que controla os juros e a moeda, o meio circulante, está sinalizando juros de 12% ao mês já em pleno Plano Real, evidentemente está estimulando os empresários a fazerem o mesmo. Qualquer bem durável adquirido a prestação já vem embutido 15% de juros ao mês. O próprio Governo está tomando dinheiro emprestado na praça a 12%. O Governo é que está dando mau exemplo.

Hoje, pela manhã, ouvi a entrevista de um empresário de Brasília, o Presidente da Associação dos Lojistas de Brasília, e ele dizia exatamente isto: que o Governo, ao elevar os juros ao patamar de 12% para conter o consumo, estava estimulando as remarkações, porque o comerciante, ao receber a mercadoria, embute os 12% no seu custo, ainda que não venda a prazo. É o que chama de custo financeiro. Proceda dessa forma porque o Governo está sinalizando, através do Banco Central, juros na base de 12% ao mês.

É preferível, então, que o Governo reduza os juros e até que haja um certo estímulo ao consumo, porque, aumentando o consumo, aumenta a produção; aumentando a produção, aumenta o emprego. Mas o que vai acontecer se o Governo aumentar os juros para conter o consumo, como é a filosofia dos economistas do Governo, a tese que os monetaristas do Governo defendem, ou seja, aumentar os juros para conter o consumo e combater a inflação? A população não vai comprar. Consequentemente, vai haver redução da produção e aumento da taxa de desemprego.

É uma coisa completamente errada que não entendo. O próprio Presidente Itamar Franco, desde o início do seu governo, tem-se voltado contra essa política de juros altos, mas até hoje, embora tenha ocasionado a demissão de alguns Ministros da Fazenda, porque não concordaram com essa tese, os tecnocratas do Governo, os homens que controlam a economia, representando o Governo, estão provocando a alta dos juros, dizendo que não deve haver aumento de consumo, mas isso vai ocasionar inflação. Como eu já disse, esses juros serão embutidos nos custos das mercadorias e produtos. É uma maneira de os remarcadores justificarem esses aumentos. O próprio Governo está tomando dinheiro no mercado a 12% ao mês e, consequentemente, admitindo a remarkação dos nossos produtos na base de 12%.

Não entendo. O Presidente tem demonstrado uma certa sensibilidade com relação a este problema, mas infelizmente, até hoje, não conseguiu convencer a sua equipe econômica sobre a redução dos juros bancários, para que o preço dos produtos que a população consome não venha a ser alterado, com a justificativa de que o próprio Governo está sinalizando os juros na base de 12%.

A hora, Sr. Presidente, não é de hesitações. Sou um homem prudente e ponderado, por formação cultural e educação moral, mas jamais permiti, em toda a minha vida, que isso se confundisse com omissão ou inação. É indispensável a compreensão de que existe uma fronteira definida entre o descumprimento do dever e a ponderação; é indesculpável a omissão, quando se alegam critérios de conveniência; é criminosamente incentivada a atitude dos maus

brasileiros que terminam impunes, após praticar os atos que tanto denunciaramos.

O Governo sempre contou com o respaldo do Congresso Nacional em seus projetos positivos, repito. E a sociedade, mais uma vez, saberá compreender, apoiar e usufruir as consequências benéficas, se o Governo agir com vigor e presteza contra seus inimigos.

Porque são os inimigos não do Governo, mas da sociedade, que precisam desse corretivo exemplar historicamente digno de aplauso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Sr. Senador Ney Maranhão enviou à mesa requerimento de informação.

Na forma regimental, a proposição será anunciada na próxima sessão.

Esta sessão deveria terminar às 18h44min, mas ainda está inscrito o nobre Senador Cid Saboia de Carvalho.

Consulto o Plenário sobre a prorrogação da sessão por dez minutos, para que o orador faça o seu pronunciamento. (Pausa)

Não havendo objeção do Plenário, está prorrogada a sessão por dez minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Saboia de Carvalho.

O SR. CID SABOIA DE CARVALHO (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, eu faço uso da palavra, neste final de sessão, para um registro sobre todos esses temas que têm sido abordados aqui. Quero dizer que está em vigor a nova moeda, o real, mas com o boicote que foi preparado para ela, adrede, por setores ativos da vida nacional. Os preços cresceram exageradamente, e o próprio Governo não está tendo o equilíbrio necessário para debelar esta situação e fixa os juros bem altos que, de certa forma, são o grande estímulo para que o Plano realmente não dê certo. Há um boicote extraordinário a esse Plano, como todo e qualquer plano econômico, no Brasil, é preventivamente combatido. A remarkação que houve nas grandes lojas, nos supermercados e em todos os setores do comércio, é atentatória.

O Governo deve encontrar um modo de os preços retrocederem aos níveis da normalidade. Não houve aumento salarial para os funcionários públicos; servidores militares estão machucados, humilhados com a perda salarial desde que se instituiu esta Unidade de Referência. Ela terminou em dois mil setecentos e cinquenta cruzeiros reais, mas esse crescimento não levou evidentemente os salários a serem atualizados de modo conveniente. Quem vive de salário está achatado, neste momento, primordialmente, o servidor público federal, seja civil, seja militar; a perda é muito grande. É considerável a perda dos assalariados, de um modo geral, no Brasil.

Anunciou-se um aumento que seria concedido aos servidores federais; terminou por não acontecer. Já se anuncia para setembro. Quando setembro vier a história será outra, inteiramente outra; inclusive, já encontraremos um mês de inflação galopante, que será a inflação de agosto e um mês de inflação muito considerável que será a inflação já deste mês de julho. Então, julho, agosto, com inflações sobre o real, afora o prejuízo dos servidores, o prejuízo desde que se instituiu a Unidade de Referência, desde que se criou essa moeda paralela que vinha sendo a razão de ser de todas as máquinas calculadoras do Brasil – e ainda o é de certo modo – é grande. Em face de tudo isso, da inflação de julho, da de agosto, dos prejuízos que os funcionários públicos estão tendo nesses meses todos, esse aumento terá que ser de uma grande expressão, terá que ser um aumento com um percentual elevado. Não será aumento de 20%, 28% 30% que vai resolver a questão; terá que ser de

200%, 100%, talvez 150%; talvez 100% seja um aumento que ainda não corresponda a uma reposição dos valores perdidos pelos servidores públicos federais. A URV foi um verdadeiro atentado aos servidores públicos. Se consultarmos os servidores, inclusive dos Ministérios Militares, observaremos que os militares não estão se achatando com relação aos civis; os militares estão se achatando com relação a eles próprios pelo milagre da URV, o milagre negativo, o milagre macabro da URV.

Quando se anunciou a nova moeda, sem uma razão plausível, os preços cresceram de modo exorbitante. Quem vai pagar esses produtos? Há técnicos do Governo, que também são pessoas cínicas, que admitem que isso é bom, que esses preços elevados vão inibir o consumo. Ora, que história é essa, Sr. Presidente, de se inibir consumo? O consumo tem que existir, porque é consumindo que se justifica a mão-de-obra na indústria e no comércio. Sem consumir virá o desemprego, isso é uma consequência natural.

Há pouco, o Senador Nabor Júnior falou muito bem sobre essa questão dos juros; os juros no Brasil são uma barbaridade! Além do desrespeito constitucional, além do aproveitamento do Governo, que inclusive não manda a regulamentação devida sobre a matéria, além disso, há um desrespeito à própria sociedade brasileira.

Por conseguinte, é preciso que o Presidente da República saiba que ele próprio, ao admitir juros de 12%, está confabulando contra o seu próprio Plano.

Inclusive, hoje, Sr. Presidente, se a sessão houvesse sido normal, com o comparecimento normal dos Srs. Senadores, teríamos o Item 18, em que há um Projeto de Lei Complementar do Senado nº 27, de 1991, de autoria do Senador Mansueto de Lavor, que busca regulamentar o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos e dá outras providências.

Nesse projeto, fica estabelecido que os juros serão de 12% ao ano e não ao mês, como está ocorrendo agora.

É evidente que se pretende até o proveito eleitoral desse Plano. Ninguém nem se importa com isso; o importante – nem interessa dizer que esse Plano é eleitoreiro, não é eleitoreiro, que Fernando Henrique deveria ou não ter sua assinatura nas cédulas; isso é de somenos importância. De grande importância é que esse Plano dê certo, porque se ele não der certo não sabemos como e em que circunstâncias chegaremos às eleições de 3 de outubro. Uma decepção popular agora, com esse Plano, será uma tragédia, e os produtores estão confabulando contra o povo, contra a Nação, contra o Estado, contra o Governo Federal, contra a administração pública, com essa prática cínica de boicotar todo e qualquer plano econômico.

O Presidente da República deveria usar de seus meios: Polícia Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica; Sua Excelência deveria requerer auxílio às Polícias Militares dos Estados, usar as Polícias Civis, usar o poder de polícia do Estado para acabar com esse abuso e começar a pôr essas pessoas na cadeia preventivamente; essa é a única solução.

Não podemos ter um Plano desse porte, com o qual não concordo em muitos aspectos, mas torço para que eu esteja errado, quero que ele dê certo, porque é necessário à Nação. O importante é que se respeite o direito do Governo de planejar a economia do País.

Voltarei a este assunto, Sr. Presidente, em outra oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tempos houve de

sumo prestígio do planejamento. Governo nenhum e, dentro deste, nenhum setor permitia-se omitir a feitura de um plano bienal, ou quadrienal, ou quinquenal ou decenal de ação administrativa.

Elaborados no melhor jargão econômico-burocrático, bem impressos e recheados de gráficos e tabelas estatísticos, tais planos incidiam, todavia, em dois graves inconvenientes: eram por demais massudos e vinham vazados numa linguagem inacessível, inspirada no mais hermético "economês".

Daí por que, poucos os liam, destinando-os o comum dos mortais, à ornamentação das estantes de seus gabinetes de trabalho.

Isso ocorre-me dizer, para ressaltar os méritos do Programa de Ação do Ministério do Bem-Estar Social que a Ministra Leonor Barreto Franco teve a gentileza de encaminhar-me.

O que chama a atenção nesse minúsculo documento é sua simplicidade aliada à sua funcionalidade – atributos exatamente opostos aos que caracterizam os planos anteriormente descritos.

Nas quatro faces de um impresso sóbrio na apresentação e enxuto nas informações que veicula, tem-se, quase que de relance, a visão mais do que suficiente, do programa de ação do MBES, aí incluídos seus objetivos e metas, os critérios determinantes das prioridades do órgão, a fonte dos recursos que irão viabilizar sua implementação e as três grandes áreas nas quais se irão desdobrar as ações do Programa, vale dizer: a Habitação, o Saneamento, a Promoção/Assistência Social e Proteção Especial.

Fica-se sabendo, ademais, que o Programa de Ação do MBES toma como base a Proposta de Modificação do Projeto de Lei Orçamentária para 1994 enviada ao Congresso Nacional em 02/05/94; que ele contém os programas e ações finalísticas do MBES; que para viabilizá-los o MBES está adotando medidas voltadas para o melhor uso dos recursos financeiros, entre os quais é de citar a ênfase nos posicionamentos técnicos em detrimento de critérios meramente políticos; o aumento da transparência e o aprimoramento dos controles na concessão de recursos e na análise das prestações de contas – bem assim como a enumeração precisa de cada ação a ser desenvolvida nas áreas de Habitação, Saneamento e Promoção/Assistência Social e Proteção Especial, cada qual devidamente quantificada no que diz respeito ao número de pessoas e de famílias que delas se irão beneficiar.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e para concluir, o mérito maior do Programa que estou tendo a satisfação de comentar é que as ações neles descritas, têm, já, proclamados e muito claramente definidos, os critérios básicos de sua priorização, os quais faço questão de aqui reproduzir.

1 – Para as ações que serão executadas com recursos do orçamento da União:

- . Beneficiários: Famílias de baixa renda-0 a 3 sm.
- . Áreas de risco, insalubres ou endêmicas.
- . Complementação de projetos/obras em execução ou paralisados.
- . Projetos integrados (Habitação, Saneamento e Promoção Humana).
- . Atendimento a pequenos municípios.
- . Participação da comunidade.
- . Utilização de tecnologias apropriadas de baixo custo.
- . Utilização de mão-de-obra e materiais locais, com geração de ocupação e renda.
- . Não provoque impacto ambiental negativo.

2 – Para as ações que serão implementadas com recursos provenientes dos FGTS/FDS:

... Critérios estabelecidos pelos respectivos Conselhos Curadores"

Fiquem, portanto, Sr. Presidente, consignados neste Plenário, os elogios e congratulações que estão a merecer a Ministra Leonor Barreto Franco pela auspiciosa divulgação do seu "Programa de Ação, 1994".

COMPARECEM MAIS OS SRS:

Albano Franco – Antonio Mariz – Aureo Mello – Carlos Patrocínio – Eduardo Suplicy – Epitácio Cafeteira – Henrique Almeida – Maurício Corrêa – Moisés Abrão – Onofre Quinam – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Aureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45 DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, fa-

vorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda

média na cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 8 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Cultura de Timbó Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 9 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda., para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 10 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pe. Urbano Thiesen para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 1º pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 11 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Verdes Mares, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 12 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo

nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 13 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 14 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 15 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portella, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 16 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Montanhês de Botelhos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

- 17 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1994 (nº 2.248/91, na Casa de origem), que regulamenta o

art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, tendo

Pareceres

– sob nº 132, de 1994, da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao Projeto com Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, de redação, que apresenta;

– de Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, pela rejeição das Emendas nºs 3 a 26, de Plenário.

– 18 –

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA

AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que renova o prazo de que trata o § 6º do art. 2º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, introduzido pela Lei nº 8.396, de 2 de janeiro de 1992, para a instalação de Zonas de Processamento de Exportações já existentes. (Dependendo de Parecer da Comissão de **Assuntos Econômicos**)

– 19 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1994 (nº 4.268/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências. (Dependendo de Parecer da Comissão de **Assuntos Econômicos**)

– 20 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 1991 – COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1991 – Complementar, de autoria do Senador Mansueto de Lavor, que regulamenta o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de **Assuntos Econômicos**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h50min.)

ATA DA 19ª SESSÃO, REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 1994

—————(Publicada no DCN (Sessão II), de 26-1-94)

(**) Retificação

Na página 342, 2ª coluna, imediatamente após a fala da Presidência alusiva ao Ofício nº 520/94 – CPMI/Orçamento, inclua-se, por omissão, o seguinte:

É o seguinte o expediente recebido:

(*) Relatório nº 1, de 1994-CN

(*) Será publicado em suplemento a presente edição.

(**) Republicada por haver saído com incorreção no DCN (Sessão II), de 17-5-94, à página nº 2337.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Affonso Camargo

Esperidião Amim

Moisés Abrão

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Marcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago			
PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB			
Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53

PRN			
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23

PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25

PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB

Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aurco Mello	AM-3091/92

PDC

Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	-----------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho**Ramais:** 311-3515/3516/4354/3341**Reuniões:** Terças-feiras, às 10 horas**Local:** Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL _ CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Alfredo Campos

Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares**Suplentes****PMDB**

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL

Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekel Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinbo	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

PTB

Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

PP

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos**Ramais:** 3496 e 3497**Reuniões:** Quintas-feiras, às 10 horas**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA _ CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares**Suplentes****PMDB**

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Alufio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL

Dario Pereira	RN/3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

PTB

Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
------------------	------------	-----------------	------------

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516**Reuniões:** Terças-feiras, às 14 horas**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Louremberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 — 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS — 1989

5 volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 — Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex:

(061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 119 – julho/setembro 1993

Leia neste número:

Execução contra Pessoas Administrativas – Geraldo Ataliba

Processo e Justiça Eleitoral – Torquato Jardim

Novos Municípios – Adilson Abreu Dallari

Tutela Administrativa e Relações de Consumo – Álvaro Lazzarini

A Estrutura Institucional Definitiva do Mercosul: uma opinião – Werter R. Faria

Da Declaração de Inconstitucionalidade – Antonio Cezar Lima da Fonseca

A Proteção aos Direitos do Cidadão e o Acesso à Justiça – Luiz Antonio Soares Hentz

Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias – Newton Paulo Teixeira dos Santos

A Lei Injusta e sua Inconstitucionalidade Substancial no Estado Democrático de Direito – Antônio Souza Prudente

Conceito de Crime Hediondo e o Equívoco da Lei nº 8.072/90 – João José Leal

O Regulamento no Sistema Jurídico Brasileiro – Vitor Rolf Laubé

A Prova Pericial e a Nova Redação do CPC – Ivan Lira de Carvalho

O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas Privadas – José Carlos de Magalhães

Administração Pública na Constituição Federal – José de Castro Meira

Da Ultra-Atividade da Suspensão de Liminar em Writ – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Jurisdição e Administração – Carlos Alberto de Oliveira

Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas – Jorge Ulisses e Jacoby Fernandes

Prova Pericial: Inovações da Lei nº 8.455/92 – Rogério de Meneses Fialho Moreira

A Constituição de 1988 e o Tribunal de Contas – Jarbas Maranhão

Classificação dos Agentes Públicos: Reexame – Mário Bernardo Sesta

A Seguridade Social – José Luiz Quadros de Magalhães

Alterações Introduzidas na Lei nº 6.515/77 pela Constituição de 1988 –

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Aspectos Fundamentais e Práticos das Sociedades Anônimas – Osvaldo Hamilton Tavares

Crimes de Abuso de Poder Econômico – Marcos Juruena Villela Souto

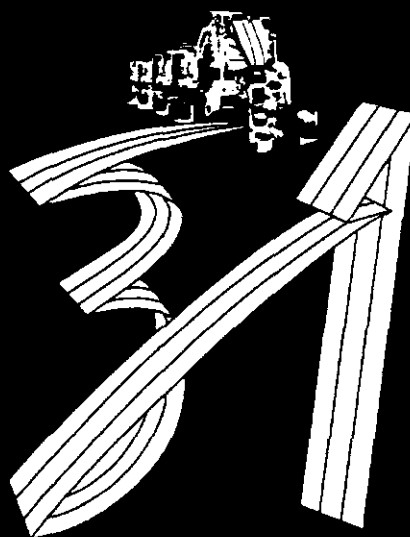
Os hermeneutas da Intransigência Desacumuladora – Corsíndio Monteiro da Silva

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT. Autorizo a remessa dos números 117 a 120 da Revista de Informação Legislativa para o endereço abaixo discriminado:

Nome.....
EndereçoCEP
Cidade UF Telefone Fax Telex
Data:/...../..... Assinatura:

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS